

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTE
MESTRADO EM SAÚDE E AMBIENTE**

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA –
ESCOLAS SUSTENTÁVEIS EM ARACAJU, SERGIPE**

MARAISA DE OLIVEIRA SILVA

Aracaju

Março – 2018

**UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTE
MESTRADO EM SAÚDE E AMBIENTE**

**AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA -
ESCOLAS SUSTENTÁVEIS EM ARACAJU, SERGIPE**

Dissertação de Mestrado submetida à banca examinadora, como requisito de avaliação para obtenção do título de Mestre em Saúde e Ambiente.

MARAISA DE OLIVEIRA SILVA

**Orientadoras:
Prof^a Dra Andressa Sales Coelho
Prof^a Dra Cristiane Costa da Cunha Oliveira**

Aracaju

Março – 2018

S586a Silva, Maraisa de Oliveira
Avaliação do programa dinheiro direto na escola – escolas sustentáveis em Aracaju, Sergipe / Maraisa de Oliveira Silva; orientação [de] Prof.^a Dr.^a Andressa Sales Coelho, Prof.^a Dr.^a Cristiane Costa da Cunha Oliveira – Aracaju: UNIT, 2018.

63 f. il.: 30cm

Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente) - Universidade Tiradentes, 2018
Inclui bibliografia.

1. Práticas sustentáveis. 2. Educação ambiental. 3. Escolas. 4. Aracaju. I. Silva, Maraisa de Oliveira. II. Coelho, Andressa Sales. (orient.). III. Oliveira, Cristiane Costa de Cunha. (orient.). IV. Universidade Tiradentes. V. Título.

CDU: 614:504

SIB- Sistema Integrado de Bibliotecas

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - ESCOLAS SUSTENTÁVEIS EM ARACAJU, SERGIPE

Maraisa de Oliveira Silva

Dissertação de mestrado submetida à banca examinadora para obtenção do título de Mestre em Saúde e Ambiente, na área de concentração Saúde e Ambiente.

Aprovado por:

Dr^a Andressa Sales Coelho

Dr^a Cristiane Costa da Cunha Oliveira

Dr^a Maria José Nascimento Soares

Dr^a Maria Nogueira Marques

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação a minha mãe Maria por todo apoio e amor incondicional. E a minha orientadora Andressa Sales Coelho, por toda a paciência, dedicação e carinho que conduziu sua orientação. Exemplo de profissional competente e comprometida. Obrigada pela amizade e parceria. Minha eterna Gratidão

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelo dom da vida e por toda bondade concedida. A minha família. Em especial a minha querida mãe, Maria Calazans, por todo amor e dedicação, aos meus irmãos Ninha, Ivani, Carlos, Roberto, Manoel e a minha cunhada Carla, sempre a meu lado apoiado nas minhas decisões e fazendo dos meus sonhos os deles, grata por ter vocês como minha família. A minha linda e amada sobrinha Maria Eduarda por despertar em mim um amor sublime e encantador.

Aos amigos que conquistei nessa caminhada (Stefanie Vieira, Luciana Rodrigues, Ana Guedes) amizade que levarei para vida toda. Aos amigos de laboratório por toda parceria e apoio, agradeço a Felipe Mendes pela contribuição e carinho nesta caminhada.

Agradeço aos amigos de todos os momentos “Galileu e Natali” pelo apoio e amizade, com certeza ter vocês ao meu lado à caminhada tornou-se mais leve, obrigada pelo carinho.

Aos alunos de Iniciação Científica (Kelly, Daniela, Jean e Jéssica) a ajuda de vocês foi fundamental na construção deste trabalho, muito obrigada. Agradeço ao Curso de Ciências Biológicas, Curso de Odontologia e aos alunos pela parceria.

As minhas orientadoras Andressa Coelho e Cristiane Cunha, sem vocês não teria chegado até o fim, obrigada pela orientação, respeito e carinho, vocês são exemplos a serem seguidos, eternamente grata. Ao Igor por sua contribuição e ajuda.

À Universidade Tiradentes, ao Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente, ao Laboratório de Biologia Tropical, ao Instituto de Tecnologia e Pesquisa, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa e ao Programa Conduta Consciente pela parceria e apoio.

As escolas Municipais e Estaduais, que aceitaram colaborar nesta pesquisa, aos seus gestores e professores que disponibilizaram seu tempo para participar e sem os quais não seria possível o desenvolvimento desta pesquisa, e aos alunos que se envolveram nas mostras e devolutivas, sempre muito participativos.

SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT	10
1 INTRODUÇÃO	11
2 OBJETIVOS	13
2.1 Objetivo geral:	13
2.2 Objetivos específicos:	13
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
3.1 Meio ambiente e Sustentabilidade	14
3.2 Educação Ambiental e Transversalidade	15
3.3 Práticas sustentáveis e práticas sustentáveis em escolas	18
3.4 Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES)	20
4 MÉTODOS	23
4.1 Tipo de estudo	23
4.2 Locais do estudo.....	23
4.3 Sujeitos da pesquisa.....	23
4.4 Procedimentos de Coleta de Dados.....	24
4.4.1 Questionário	24
4.4.2 Diagnóstico Rápido Participativo.....	24
4.4.3 Projeto Político Pedagógico.....	25
4.5 Aspectos Éticos	25
4.6 Análise dos Dados.....	25
4.6.1 Questionário	26
4.6.2 Diagnóstico Rápido Participativo.....	26
4.6.3 Projeto Político Pedagógico.....	26
4.7 Devolutivas e Projeto de Extensão.....	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	28
5.1 Perfil socio-demografico e profissiografico de gestores e professores	28
5.2 Conhecimento e desenvolvimento do PDDE-ES.....	30
5.3 A visão de gestores e professores sobre os aspectos ambientais.....	38
5.4 A visão de gestores e professores sobre os aspectos de sustentabilidade.....	43
5.5 Diagnóstico Rápido Participativo.....	45
5.6 Projeto Político Pedagógico (PPP).....	47

6 CONCLUSÃO	48
7 REFERENCIAS.....	49
8 COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DE ARTIGO.....	54
ANEXO I.....	56
ANEXO II.....	58
ANEXO III.....	60
APENDICE A	62
APENDICE B.....	63

RESUMO

A crise ambiental decorrente da exploração dos recursos naturais tem gerado impactos irreversíveis ao meio ambiente, comprometendo a qualidade dos ecossistemas. Como estratégias para sensibilizar a população e discutir sobre problemas ambientais foram criados programas que destinam recursos para trabalhar as questões sustentáveis e socioambientais no ambiente escolar, dentro os quais está o Programa Dinheiro Direto na Escola-Escolas Sustentáveis. O objetivo do trabalho foi analisar o desenvolvimento do Programa Dinheiro Direto na Escola, executado por escolas públicas de Aracaju (PDDE-ES), Sergipe, quanto aos aspectos relacionados à Educação Ambiental e Sustentabilidade.

. No ano de 2014 quatro escolas da rede estadual e 10 escolas da rede municipal de Aracaju, foram inscritas no Programa. A coleta de dados ocorreu por meio de questionários aplicados para (12) gestores e (103) professores e de um diagnóstico participativo realizado com 81 professores. Foram realizadas análises de frequência absoluta e relativa e análises bivariadas das variáveis: (1) conhecimento dos objetivos do PDDE-ES e (2) dificuldades encontradas na aplicação de práticas sustentáveis com as variáveis sócio demográficas e profissiográficas., e os dados qualitativos foram analisados pelo software IRAMUTEC (Interface de R pour l'ès Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). O diagnóstico participativo foi analisado a partir de gráfico de frequência. E o Projeto Político Pedagógico (PPP) de forma descritiva. Os dados mostram que 83,3% das escolas inscritas no programa ainda não receberam o recurso do PDDE-ES e que 83,3% dos gestores conhecem os objetivos propostos pelo programa. Contudo, tanto gestores como professores, afirmaram encontrar dificuldades na execução de práticas de educação ambiental. E as dificuldades levantadas para a execução das práticas de Educação Ambiental e sustentabilidade foi à falta de recursos de adesão dos professores/gestores e alunos. Quanto ao PPP, das dez escolas que foram analisadas o PPP apenas quatro tem a inserção da Educação Ambiental no seu planejamento. Os resultados mostram a fragilidade como a educação ambiental e sustentabilidade são trabalhadas nas escolas o que aliado à falta de recurso financeiro e adesão dos membros escolares não contribuem para a efetiva realização das atividades e concretização do programa.

Palavras- Chave: Práticas sustentáveis, Educação Ambiental, Escolas, Aracaju.

ABSTRACT

The environmental crisis derived from inadequate exploration of natural resources has generated irreversible damage to the environment, compromising the quality of the ecosystems and the population. As a strategy to sensitize the population and to discuss the environmental problems, programs are created, aiming to allocate funds for working in the scholar environment with sustainable and socioenvironmental issues, including the Program Direct Funds in the School-Sustainable Schools (PDDE-ES). The objective of this study was to analyze the development of the Direct Money in School Program, implemented by public schools in Aracaju (PDDE-ES), Sergipe, in relation to aspects related to Environmental Education and Sustainability. The data collection occurred by questionnaire application for managers (n=12) and teachers (n=103); realization of a participative diagnosis with teachers (n=81) and analysis of the political pedagogical project (PPP) of the schools. In order to analyze the quantitative data, there were utilized absolute and relative frequencies and bivariate analysis of variables: (1) Knowledge of PDDE-ES objectives and (2) difficulties that were founded in application of sustainable actions with socio-demographics and professiographic variables. The qualitative data was analyzed by the software IRAMUTEC. The participative diagnosis and political pedagogical project were analyzed in a descriptive manner. The data showed that 83.3% of the schools subscribed in the program still had not received the funds from PDDE-ES and the majority of the managers (83.3%) is aware of the objectives proposed by the program. However, among teachers, 61.2% responded negatively about the awareness of the objectives of PDDE-ES, indicating lack of dialogue between management and faculty. Therefore, both managers and teachers, affirm they find difficulties in the execution of the environmental education and sustainability practices in the schools, and such ones are related to the lack of funds and participation of teachers/managers and students. In the participative diagnosis, trash was pointed out as the greatest problem inside of the schools (33%) and yet, degradation of the physical space, managing and inadequate food discard, sanitation and water waste were cited. Concerning PPP, among the ten schools analyzed, only four presented the insertion of Environmental Education in their planning. The results show the fragility in the insertion and execution of Environmental Education and Sustainability in the schools in Aracaju, along with the lack of funds, participation of the school representatives and lack of planning, do not contribute to the effective realization of the activities and concretization of the program.

Key-words: Sustainability, Environmental Education, Schools, Aracaju.

1 INTRODUÇÃO

O modelo capitalista, que cresce desordenadamente, é uma das causas da degradação ambiental, que ocorre tanto no nível local como global (ANDRADE, 1997). A crise ambiental decorrente da exploração dos recursos naturais, para atender à demanda desse modelo, tem gerado impactos irreversíveis ao meio ambiente, degradando recursos hídricos, áreas florestais, solo e biodiversidade, comprometendo a qualidade dos ecossistemas (ESPINDOLA, ARRUDA, 2008; QUINTANA, HACON, 2011).

Estratégias para minimizar esses impactos vêm sendo constantemente discutidas, e um avanço importante já obtido foi a criação da Política Nacional de Educação Ambiental, que propõe a inserção da Educação Ambiental (EA) em todas as formas de ensino (GRZEBIELUKA *et al.*, 2014). Segundo essa Política, a Educação Ambiental deve ser trabalhada de maneira transversal, interdisciplinar e contínua, permitindo, assim, que todos tenham acesso a essa temática e sejam inseridos dentro dela, formando cidadãos conscientes de suas responsabilidades para com o meio ambiente (BRASIL, 1999).

Nesse contexto, a escola, que é um ambiente de formação e construção de atitudes e habilidades, torna-se um cenário fundamental para tratar e discutir as questões ambientais e criar condições para o indivíduo perceber suas responsabilidades e deveres para com o meio ambiente (LINK *et al.*, 2012; BARR, 2014). A escola proporciona oportunidades para que o aluno utilize o conhecimento adquirido sobre o meio ambiente na construção de práticas voltadas para a melhoria do ambiente escolar e, posteriormente, multiplique esse aprendizado fora da escola, em seus lares e na comunidade, garantindo uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 2000).

Portanto, o espaço escolar é apropriado para se trabalhar o tema sustentabilidade e práticas sustentáveis uma vez que, inseridos no planejamento curricular, esses temas permitem aos alunos a oportunidade de vivenciarem e realizarem atividades importantes para melhorias do seu cotidiano (WATSON, 2017; TUGOZ *et al.*, 2017). Corrêa e Silva (2016) definem práticas educativas como ações que contribuem para alcançar a sustentabilidade e argumentam que, quando os sujeitos são envolvidos com a teoria e a prática, a realização dessas ações possibilita a construção de um conhecimento consistente, ajudando a despertar os sentidos de pertencimento dos autores envolvidos. A participação do indivíduo e de toda a comunidade escolar nesse processo de construção do conhecimento permite a compreensão da importância do espaço no qual estão inseridos e de como lidar com suas transformações tanto localmente quanto globalmente (TRAJBER, SATO, 2010).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), para se alcançar a sustentabilidade, é necessário envolver outras vertentes além da ambiental, como a social e

a econômica, trabalhando todas as variáveis em conjunto para se alcançar o êxito (ONUBR, 2015).

Nessa perspectiva, em 2009, após a III Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, foi criado um programa de grande relevância chamado Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES), que tem como proposta transformar o ambiente escolar em um espaço educador sustentável e inserir a comunidade nesse processo de mudança (BRASIL, 2014).

A partir desse programa, outras propostas foram idealizadas, como o Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES), que busca trabalhar a sustentabilidade no ambiente escolar, utilizando o espaço físico, o currículo, a gestão, a comunidade escolar e seu entorno como parâmetros para a transformação desse ambiente. Tal programa destina recursos com o objetivo de aumentar a qualidade do ensino e trabalhar as questões sustentáveis e socioambientais na escola, buscando também a melhoria da qualidade de vida de todos que fazem parte desse ambiente (BRASIL, 2014).

Segundo o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no ano de 2014, quatro escolas da rede estadual e 10 escolas da rede municipal de Aracaju, Sergipe, foram inscritas no Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES). Por essa razão, o acompanhamento e o levantamento de dados sobre a execução desse programa em Aracaju é de grande relevância, pois permitirá diagnosticar desafios para melhorias na execução dos projetos propostos e contribuir para pesquisas futuras.

Neste contexto, acredita-se que a educação permite ao cidadão ter uma perspectiva de futuro melhor, uma vez que o conhecimento proporciona uma formação crítica perante o cenário de realidade no qual o indivíduo está inserido. Por essa razão, o acompanhamento e o levantamento de dados sobre a execução desse programa em escolas da rede pública de ensino de Aracaju permitirá descrever o que está sendo desenvolvido nessas escolas, diagnosticar desafios para melhorias na execução dos projetos propostos e contribuir para uma educação que busca transformar o espaço escolar focando na ideia de educar para a sustentabilidade socioambiental, fortalecendo as políticas públicas e projetos de educação ambiental no Estado de Sergipe.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

- Analisar o desenvolvimento do Programa Dinheiro Direto na Escola, executado por escolas públicas de Aracaju (PDDE-ES), Sergipe, quanto aos aspectos relacionados à Educação Ambiental e Sustentabilidade.

2.2 Objetivos específicos:

- Descrever os enfoques, abordagens e dificuldades do PDDE-ES nas escolas de Aracaju - SE;
- Relacionar os aspectos do PDDE-ES com as características sociodemográficas de gestores e professores;
- Identificar a existência de práticas sustentáveis nas escolas de acordo com as características sociodemográficas e profissiográficas de professores e gestores;
- Analisar o conhecimento de gestores e professores sobre aspectos de meio ambiente e sustentabilidade;
- Identificar dificuldades encontradas por gestores e professores na aplicação do programa dentro das escolas;
- Diagnosticar as fragilidades do Programa Dinheiro na Escola na percepção dos professores
- Analisar o Projeto Político-Pedagógico das escolas quanto à inserção da educação ambiental e sustentabilidade.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Meio ambiente e sustentabilidade

Segundo a Política Nacional do Meio Ambiente, Lei 6.938/1981, Art. 3º, I, meio ambiente é o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”, sendo dever do poder público, do indivíduo e de todos garantir a conservação e a qualidade dos ecossistemas (BRASIL, 1981).

Desde a Revolução Industrial no século XVIII, na Inglaterra, o mundo iniciou um novo ciclo de produção e consumo. A confecção manual de produtos que antes gastavam alguns meses para chegarem ao consumidor deu lugar às máquinas, levando a um processo mais rápido e à redução do preço dos produtos. Esse modo de produção estimulou o capitalismo, aumentando os padrões de consumo e, conseqüentemente, a fragmentação, degradação e poluição do meio ambiente (HOBSON, 1996; CAVALCANTE; SILVA, 2011).

A partir dos anos 70, o Brasil começou a se envolver nas discussões ambientais e os principais debates estavam relacionados à poluição atmosférica, pois o país possuía várias indústrias que contribuíam para essa forma de degradação. Outra preocupação era com o uso sem controle de pesticidas, que degradava e comprometia a saúde dos ecossistemas (RISSATO; SPRICIGO, 2010).

Diante do cenário de crescimento desordenado dos problemas ambientais, em 1972, ocorreu a primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia. O evento teve como finalidade debater as questões ambientais, pontuando os problemas que o crescimento das cidades sem planejamento vinha ocasionando. Participaram 113 países, incluindo o Brasil, e o evento foi um marco na história mundial, sobre as questões ambientais (LAGO, 2006). Essa Conferência despertou no mundo a importância de viver num meio ambiente equilibrado e mostrou que o homem depende intimamente do meio ambiente para sua sobrevivência (OLIVEIRA, 2013).

Em 1987, no evento da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, também conhecida como “Comissão Brundtland”, a sustentabilidade começou a ganhar atenção e reconhecimento (CNUMAD, 1987). O termo sustentabilidade foi definido no Relatório Nosso Futuro Comum, criado nesse evento como “*Desenvolvimento que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações em satisfazer suas necessidades*”.

Vinte anos depois, em 1992, ocorreu, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou ECO-92), na qual os países voltaram a se reunir para discutir e rever o cenário dos problemas pautados na conferência de 1972 e debater novas questões. Esse evento reuniu 172 países e teve como pauta

principal discutir formas de minimização da degradação ambiental, conservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável (CNUMAD, 2012).

A partir desses grandes eventos, diversos países vêm buscando formas de minimizar ou erradicar seus problemas ambientais, e uma alternativa que vem sendo discutida é a sustentabilidade (MIKHAILOVA, 2004). Para alcançar a sustentabilidade, que é o objetivo final, o caminho é o desenvolvimento sustentável, que parte da premissa de se trabalhar o desenvolvimento ambiental, econômico e social (SARTORI, LATRÔNICO, CAMPOS, 2014).

O desenvolvimento sustentável possui três pressupostos: (1) Ambiental, que tem como premissa o consumo de acordo com a capacidade da natureza de se regenerar; (2) Econômico, que envolve o desenvolvimento de novas tecnologias, que possam reduzir a exploração e utilização dos recursos fósseis e naturais, como também a utilização e distribuição dos recursos naturais de forma igualitária e (3) Social, que propõe envolver a população no trabalho em prol da sustentabilidade, utilizando o necessário para sua subsistência e uma boa qualidade de vida sem prejudicar o meio ambiente e o próximo (SEQUIEL, 2002; NASCIMENTO, 2012).

Segundo Mansur *et al.* (2016), para se alcançar um desenvolvimento sustentável, é necessário o trabalho em conjunto, no qual governança territorial, participação social entre outras questões são fundamentais para que se alcance o objetivo desejado.

A Organização das Nações Unidas (ONU) propôs, em 2015, 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável e 169 metas a serem cumpridas até 2030. Os 193 Estados-Membros que participaram da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável se comprometeram a contribuir para se alcancem essas metas, que incluem, dentre outras: erradicação da pobreza e da fome, garantia de vida saudável e educação de qualidade, inclusão e equidade para todos, igualdade de gênero, produção e consumo sustentáveis, trabalho e crescimento econômico, disponibilidade e gestão sustentável dos recursos hídricos, energia para todos, proteção da biodiversidade e ecossistemas.

Contudo, a busca pelo alcance de todos esses objetivos e metas não é possível sem o engajamento de todos os níveis da sociedade, de governantes a sociedade civil (ONUBR, 2015). O desafio para alcançar a sustentabilidade consiste no trabalho conjunto, envolvendo todas as esferas nos níveis global, nacional, regional e local e na percepção de que o desenvolvimento sustentável está ligado a uma reestruturação de políticas sociais como também a mudanças de consciência individual e coletiva (BRASIL, 2000).

3.2 Educação Ambiental e transversalidade

A Educação Ambiental (EA) consiste na sensibilização do indivíduo quanto a sua capacidade de agir e de ter atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente, despertando valores e responsabilidades sobre as questões ambientais (PNEA, 1999).

Quando executada como um método de aprendizado contínuo e articulado, ela permite desenvolver habilidades de como lidar com as questões voltadas para o meio (SÁ *et al.*, 2015).

O termo “Educação Ambiental” surgiu em uma conferência de educação realizada na Universidade de Keele, no ano de 1965. A Conferência Intergovernamental de Tbilis, sediada na Geórgia, em 1977, ajudou a alavancar a temática da Educação Ambiental, reunindo 150 países e discutindo os problemas ambientais no nível global, consolidando o Programa Internacional de Educação Ambiental – PIEA (DIAS, 2004).

Nos anos 70, o Brasil começou a participar das discussões mundiais sobre os problemas ambientais e as soluções propostas geralmente pontuavam a Educação Ambiental (EA) como principal forma de minimizar ou erradicar os danos ao meio ambiente (SOBRAL, 2014).

Dentro do cenário de degradação ambiental no qual o Brasil também se inseria, em 1999, foi criada a Lei 9.795/1999, que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental e assegurou que todos tivessem acesso a essa Educação Ambiental de forma contínua e transversal, em todas as formas de ensino, formal ou não formal, multi e interdisciplinar (BRASIL, 1999).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999) estabelece os princípios e objetivos da EA no país, definindo os direitos e deveres que cada cidadão possui sobre o meio ambiente e a concepção do mesmo em sua totalidade, abordando princípios como:

I - totalidade como categoria de análise fundamental em formação, análises, estudos e produção de conhecimento sobre o meio ambiente; II - interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque humanista, democrático e participativo; III - pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; IV - vinculação entre ética, educação, trabalho e práticas sociais na garantia de continuidade dos estudos e da qualidade social da educação; V - articulação na abordagem de uma perspectiva crítica e transformadora dos desafios ambientais a serem enfrentados pelas atuais e futuras gerações, nas dimensões locais, regionais, nacionais e globais; VI - respeito à pluralidade e à diversidade, seja individual, seja coletiva, étnica, racial, social e cultural, disseminando os direitos de existência e permanência e o valor da multiculturalidade e pluriétnicidade do país e do desenvolvimento da cidadania planetária (BRASIL, 1999, p. 50).

Dentre os seus objetivos estão:

I - desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo; II - garantir a democratização e o acesso às informações referentes à área socioambiental; III - estimular a mobilização social e política e o fortalecimento da consciência crítica sobre a dimensão socioambiental; IV - incentivar a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - estimular a cooperação entre as diversas regiões do país, em diferentes formas de arranjos territoriais, visando à construção de uma sociedade

ambientalmente justa e sustentável; VI - fomentar e fortalecer a integração entre ciência e tecnologia, visando à sustentabilidade socioambiental; VII - fortalecer a cidadania, a autodeterminação dos povos e a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas, como fundamentos para o futuro da humanidade; VIII - promover o cuidado com a comunidade de vida, a integridade dos ecossistemas, a justiça econômica, a equidade social, étnica, racial e de gênero, e o diálogo para a convivência e a paz; IX - promover os conhecimentos dos diversos grupos sociais formativos do país que utilizam e preservam a biodiversidade (BRASIL, 1999, p. 51).

A Educação Ambiental, quando inserida no currículo escolar e sendo parte do cotidiano dos alunos, desde os anos iniciais permite que esses sujeitos construam uma visão crítica e diversificada sobre o meio ambiente no qual estão inseridos e, sensibilizados com os problemas ambientais, entendam seus deveres para com o meio ambiente, construindo uma relação de respeito e pertencimento com este (MEDEIROS, 2011).

Segundo Oliveira *et al.* (2014), é por meio de um trabalho de Educação Ambiental permanente que os indivíduos são instigados a terem um conhecimento crítico questionador das problemáticas ambientais, partindo de uma realidade local para a global e sendo capaz de fundamentar e desenvolver estratégias para possíveis soluções desses problemas.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) consideram que o tema Educação Ambiental deve ser trabalhado no currículo escolar com abordagem transversal e interdisciplinar, partindo da premissa de que todos devem se envolver nessa causa, com o objetivo de alcançarem resultados consistentes na resolução das questões ambientais locais e nacionais (BRASIL, 1998).

Todavia, existem fragilidades ao tratar EA dentro do espaço escolar, uma vez que as escolas têm trabalhado a Educação Ambiental de forma pontual e geralmente sob a responsabilidade dos professores que ministram as disciplinas de ciências e/ou geografia, o que contradiz o proposto pela PNEA (SANTOS, SANTOS, 2016).

Bizerril e Faria (2001), em sua pesquisa, observaram o despreparo dos professores para lidarem com a EA no ambiente escolar e isso se deve a diversos fatores como: falta de capacitação continuada, receio de atrasar seus conteúdos programáticos, falta de infraestrutura adequada e de recursos financeiros. Ainda foi apontado pelos professores que os alunos não compreendem a importância do meio ambiente para sua vida, não se sentem inseridos nele e enxergam o meio ambiente como algo romântico. Por isso, não têm uma visão crítica a ponto de realizarem mudanças de atitude e comportamento para solucionarem questões ambientais.

Segundo Andrade *et al.* (2016) e corroborando com os autores acima citados, o interesse dos professores em trabalharem a Educação Ambiental em suas disciplinas é evidente, porém existe uma dificuldade em articularem a execução do tema, impossibilitando a realização de projetos e a aplicabilidade da temática nas disciplinas. O autor reafirma que

a vontade do professor de realizar a Educação Ambiental é algo presente no ambiente escolar por parte dos professores, mas os mesmos alegam que a falta de capacitação e de um programa pedagógico sobre o tema dificultam a implantação e o desenvolvimento das práticas e abordagens da Educação Ambiental dentro da escola.

Haubric e Salvi (2015) afirmam que os docentes necessitam de suporte com capacitação, para que garantam a efetividade na execução da transversalidade em sala de aula. Ao tratarem dos temas transversais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) deixam claro que a abordagem da temática não pode ser isolada, mas desenvolvida de forma articulada, e integrada, uma vez que o conhecimento da Educação Ambiental deve ser tratado por todas as disciplinas (BRASIL, 1998).

É importante ressaltar que a Educação Ambiental não possui enfoque estritamente ambiental e que, atualmente, ela vem sendo discutida em várias vertentes que se diferenciam, geralmente em razão dos seus objetivos com relação ao meio ambiente e à sociedade (SANTOS, TOSCHI, 2015). A Educação Ambiental Conservadora consiste em uma educação relacionada às ações práticas realizadas, como coleta seletiva, reciclagem, projetos realizados em escolas e comunidades. É uma educação voltada para mudanças de atitudes e comportamentos do indivíduo quanto às problemáticas ambientais, com foco nas questões voltadas ao homem e à natureza (DIAS; BOMFIM).

Por outro lado, a Educação Ambiental crítica é discutida como um processo de transformação, buscando as soluções dos problemas através de suas raízes e que todos estejam envolvidos nesse processo de reestruturar e resolver os problemas apresentados. Parte-se da premissa de que a Educação Ambiental deve ser trabalhada em todos os locais e que ela não deve se limitar apenas às salas de aula ou ações isoladas. Tem-se o pressuposto de que a Educação Ambiental deve envolver as questões políticas e econômicas e que todos possam questionar e contribuir para as possíveis soluções dos problemas ambientais levantados, partindo da sua realidade local, que vai além do ambiente escolar (GUIMARÃES, 2004).

3.3 Práticas sustentáveis em geral e práticas sustentáveis em escolas

As práticas sustentáveis são atividades alternativas para uma melhor conservação do meio ambiente, que envolvem cuidados, utilização racional e bom gerenciamento dos recursos naturais (LADEIRA *et al.*, 2012). São estratégias que podem ser realizadas no ambiente escolar e, segundo Trajber e Sato (2010), são de extrema importância, uma vez que esse é o ambiente onde ocorre o processo de transformação social dos indivíduos.

Diversas são as estratégias que podem ser realizadas para minimizar os impactos ambientais e dentre elas estão aquelas relacionadas aos resíduos sólidos que são constantemente descartados de forma inadequada e acumulados no meio ambiente. Esses

resíduos podem ser reaproveitados ou reutilizados por meio de atitudes que reduzem a exploração da matéria-prima e não poluem o meio ambiente (OLIVEIRA; CARVALHO, 2004).

A horta, na comunidade escolar, é outra ação sustentável que, quando adotada, promove a troca de conhecimentos e experiências, possibilita a vivência com o meio ambiente, construindo uma relação harmônica e de respeito para com ele e ainda é uma prática que fornece alimento saudável para os alunos (ENO *et al.* 2015; COELHO, BÓGUS, 2016).

Existem no Brasil diversas escolas que vêm buscando alternativas para se inserirem no contexto sustentável e as principais preocupações atuais são a destinação correta dos resíduos, a reciclagem e o reaproveitamento. A escola Emídio Jaime de Figueiredo, no Rio Grande do Sul, utilizou várias formas de trabalhar essa problemática, desenvolvendo um projeto com seus alunos e a comunidade escolar, no qual os resíduos recicláveis passaram a ser separados e encaminhados para uma empresa que realiza a coleta seletiva na cidade, e os resíduos orgânicos foram destinados para uma composteira, cujo adubo produzido foi utilizado no jardim e na horta da escola (BRUN; SILVEIRA, 2011).

O Colégio Estadual Erich Walter Heine, localizado no Rio de Janeiro, recebeu o certificado de primeira escola totalmente sustentável da América Latina do Leadership in Energy and Environmental Design – sistema que pontua a atuação na construção de edifícios que utilizam produtos sustentáveis e pensam na conservação do meio ambiente. Tal colégio foi construído com instalações que captam água da chuva, a qual é utilizada para a limpeza do ambiente, nas descargas dos banheiros e para regar as plantas. A iluminação da escola é feita por meio de lâmpadas led e energia solar. Os resíduos sólidos são destinados à coleta seletiva e a escola foi construída com uma estrutura que facilita a circulação de ar, economizando gastos com refrigeração. Ela também possui um telhado verde, que ajuda a amenizar o calor na área interna (TORRES, 2013).

Outro exemplo é a Estadual Rural Metropolitana, no Rio de Janeiro, que utiliza práticas sustentáveis na sua rotina e foi construída com foco na sustentabilidade em todos os ambientes da escola. Essa escola trabalha com oficinas de compostagem, reutilização das cascas de verduras para adubo, construção de horta, uso de energia solar, uso de copos não descartáveis, redução da quantidade de papel e reciclagem das sobras de papéis. Também são realizadas a coleta seletiva e a captação da água da chuva. Além disso, a água de pias e bebedouros é reutilizada para regar plantas e na limpeza da escola. Todos esses princípios partem da atitude da escola em pensar no presente e no futuro, com o pressuposto de educar para a sustentabilidade (MIGUEIS, 2014).

No Rio Grande do Sul, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Pacífico, localizada em Viamão, também se baseou na proposta sustentável na sua construção,

utilizando materiais recicláveis, materiais de baixo impacto ambiental, coletores para a água da chuva, telhado verde, tratamento da água para reutilização, dentre outros. Adicionalmente, essa escola contou com o apoio da comunidade local para sua edificação, estreitando os laços entre a comunidade e a escola e mostrando que o cuidado com o ambiente deve ser de todos (ZANIN *et al.*, 2006).

Em outros países, também se observa a inserção de propostas para a construção de escolas sustentáveis. No Uruguai, foi erguida a primeira escola pública 100% sustentável da América Latina, construída com materiais recicláveis, como pneus, papelão, alumínio, garrafas pet e garrafas de vidro. A escola armazena água da chuva; possui painéis solares para gerar energia; dispõe de uma horta, que é cultivada pelos alunos e utilizada na alimentação deles; faz a reciclagem de todo resíduo produzido; e tem como objetivo que todos os alunos aprendam a importância dos cuidados com o meio ambiente e que essas crianças possam levar esse aprendizado para sua vida (MOHABUTH, 2016).

Na Indonésia, a Green School, localizada em Bali, foi construída toda em bambu e a energia é gerada por meio de painéis solares. A escola possui composteira, onde são depositados o material orgânico produzido na cozinha e o esterco das vacas, os quais, posteriormente, são utilizados na horta e no jardim. Os resíduos sólidos são reaproveitados ou encaminhados para uma empresa que realiza a reciclagem e toda a estrutura da escola foi construída pensando na redução de impactos para o meio ambiente (GREENSCHOOL, 2016).

Esses espaços supracitados fortalecem a formação do cidadão, despertando um olhar mais crítico e reflexivo sobre os problemas ambientais em sua totalidade, desenvolvendo habilidades na construção de princípios básicos dos seus deveres e da sua inserção no meio ambiente. Nesse contexto, o cuidado e a preservação são primordiais para se garantir uma melhor qualidade de vida para todas as gerações (UNESCO, 2002).

3.4 Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES)

A criação de escolas sustentáveis foi idealizada com o objetivo de criar um espaço que ofereça a toda a comunidade escolar um ambiente que proporcione conhecimento e possíveis mudanças, educando os alunos para a sustentabilidade socioambiental (GROCHE, 2014). Uma escola sustentável, segundo Sato e Trajber (2010), é aquela que busca manter equilibrada a relação homem-natureza e que compensa seus impactos com tecnologias adequadas, que minimizam suas interferências negativas. Com essa dimensão, a escola sustentável contribui para que todos tenham acesso aos recursos naturais e a uma qualidade de vida digna.

A Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDAS) é uma comissão que tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento de atividades diárias na

escola, de forma participativa, democrática e dinâmica, a fim de proporcionar uma melhor relação entre a escola e a comunidade (BRASIL, 2007).

Na perspectiva de continuar trabalhando a sustentabilidade dentro das escolas e ajudar a COM-VIDAS, foi criado pelo MEC, em 2013, o Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES), um programa que disponibiliza recursos financeiros para as escolas públicas, com o objetivo de melhorar o ensino e trabalhar, nas escolas, as questões socioambientais. Busca-se a sustentabilidade, com adequação do espaço físico escolar, do currículo e da gestão e inserindo a comunidade escolar e seu entorno nesse processo de mudança (BRASIL, 2014).

O Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis traz, na sua Resolução nº 18, de 21 de maio de 2013, que os recursos financeiros podem ser utilizados para a melhoria da qualidade de vida da comunidade e que as ações podem ser trabalhadas pensando-se nas questões socioambientais e de sustentabilidade (BRASIL, 2013).

O programa também possui um Guia Operacional, que trata dos aspectos que devem ser considerados para a transformação das escolas com relação ao objetivo da sustentabilidade. São eles: (1) Espaço Físico: utilizar os materiais de que a escola dispõe de forma que favoreça um maior conforto para a comunidade escolar e a garantia de acessibilidade para todos, gerenciando, adequadamente, água e energia e fazendo o destino correto dos resíduos. As escolas devem possuir áreas que possibilitem um bom convívio do grupo escolar, contribuindo para uma boa alimentação, favorecendo a mobilidade de forma sustentável e ajudando na conservação dos bens culturais e da biodiversidade local; (2) Gestão: interação do planejamento e das atividades que a escola realiza diariamente, procurando sempre aprimorar a relação da escola e da comunidade que está ao seu redor, buscando o respeito aos direitos humanos e apreciando a variedade cultural existente e (3) Currículo: inserção, no Projeto Político-Pedagógico, de informações de atividades sustentáveis do seu dia-a-dia, partindo-se da realidade local para a global (BRASIL, 2014).

Um dos critérios para a inscrição no programa, é a participação das escolas públicas nas III ou IV edição da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente e o valor do recurso repassado para as escolas inscritas varia de acordo com a quantidade de alunos matriculados na educação básica sendo no mínimo é R\$ 8.000,00 para escolas com até 199 alunos e no máximo é R\$ 14.000,00 para escolas com mais de 999. Tal recurso pode ser aplicado na realização de atividades, na compra de materiais para a construção dos espaços sustentáveis; produtos e serviços que viabilizem a transição da escola para a sustentabilidade, ressaltando que os materiais e espaços utilizem materiais recicláveis, de baixo impacto ambiental ou não poluentes.

A elaboração do projeto é uma etapa importante, uma vez que o recurso aprovado poderá ser gasto somente com o que estiver inserido no plano de ação do projeto submetido (BRASIL, 2014). Logo, é fundamental a participação dos gestores, professores e demais integrantes da escola na elaboração do plano de ação e o mesmo precisa ser construído para atender a realidade da escola, permitindo que o recurso contemple as necessidades e promova a sustentabilidade socioambiental de forma articulada envolvendo todos os membros da comunidade escolar de forma ativa no processo de transformação desse ambiente (BRASIL, 2013).

4 MÉTODOS

4.1 Tipo de estudo

A presente pesquisa caracteriza-se como multimétodos, com utilização de mais de um método de investigação, neste caso, quantitativo e qualitativo, para estudar uma mesma temática (PARANHOS *et al.*, 2016 apud BREWER; HUNTER, 1989).

4.2 Locais do estudo

Este trabalho foi desenvolvido nas Escolas de Aracaju - SE que se inscreveram no Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES), no ano de 2014. A cidade conta com 86 escolas da rede Estadual e 83 escolas da rede municipal e, dessas, quatro escolas estaduais e 10 municipais foram inscritas no Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis.

Foram investigadas, nesta pesquisa, 12 escolas, uma vez que, dentre as 14 inscritas, duas estavam interditadas para reforma, sem previsão de retorno de suas atividades (Quadro 1).

Quadro 1 - Escolas das redes públicas de ensino de Aracaju, Sergipe, inseridas no Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES), inscritas no ano de 2014.

Rede de Ensino	Escola	Séries	Bairro	Número de professores
Estadual	Escola 1	6º ao 9º	Centro	5
	Escola 2	6º ao 9º	Santa Maria	10
	Escola 3	1º ao 5º	Industrial	6
	Escola 4	6º ao 9º	Orlando Dantas	6
Municipal	Escola 5	1º ao 5º	Bugio	11
	Escola 6	1º ao 5º	Novo Paraíso	13
	Escola 7	1º ao 5º	Santos Dumont	6
	Escola 8	1º ao 5º	José Conrado de Araújo	8
	Escola 9	1º ao 5º	Suíssa	7
	Escola 10	1º ao 5º	Soledade	19
	Escola 11	1º ao 5º	Ponto Novo	5
	Escola 12	1º ao 5º	Bairro América	7
	Escola 13 *		Atalaia	-
	Escola 14*		Novo Paraíso	-

*Escolas em reforma, sem previsão de retorno das atividades.

4.3 Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa foram os gestores e professores das escolas inscritas no PDDE-ES, no ano de 2014, em Aracaju (Quadro 1). Na categoria gestores, houve 12 participantes no total: o gestor de cada escola envolvida, representado pelo(a) diretor(a). Na categoria professores, foram considerados os professores que lecionavam no Ensino

Fundamental, do 1º ao 9º ano, totalizando uma amostra de 103 indivíduos. O número de professores variou de acordo com as escolas e as séries analisadas.

4.4 Procedimentos de Coleta de Dados

4.4.1 Questionário

O questionário para investigação do PDDE-ES possuía questões objetivas e subjetivas sobre os objetivos da implantação do PDDE-ES, meio ambiente e sustentabilidade, e estava dividido em quatro sessões: (A) aspectos pessoais: sessão específica para cada categoria de sujeitos; (B) PDDE-ES, (C) aspectos ambientais e (D) sustentabilidade. O referido questionário foi adaptado de Barbo (2009), Silva (2012) e Silva (2014) (Anexo I).

Foi aplicado um total de 115 questionários entre abril e setembro de 2017, após agendamento prévio com a direção de cada escola participante. Antes da coleta efetiva dos dados, o questionário aplicado fora validado por cinco profissionais com expertise na temática da pesquisa. Eles avaliaram esse instrumento de coleta de dados quanto a sua Relevância, Pertinência, Suficiência, Adequação em relação à Clareza, Sequência e Compreensão.

4.4.2 Diagnóstico Rápido Participativo

Para o diagnóstico participativo, foi utilizado o método “Matriz de priorização de problemas” segundo Verdejo (2006), que consiste em um diagnóstico que possibilita, de maneira fácil, realizar um levantamento dos problemas ambientais presentes numa certa localidade e priorizar aqueles com maior necessidade ou urgência de se resolver.

Para a construção da Matriz, cada participante anotou, em um papel, a sua opinião com relação ao principal problema existente na escola. Após a opinião de todos e levantadas as problemáticas, foram identificados os problemas mais citados e os participantes foram convidados a votarem, de acordo com a sua opinião de prioridade, em uma das problemáticas mais citadas pelo grupo (Quadro 2). Ao final, o tema mais votado foi considerado aquele com maior prioridade para ser resolvido, o que envolveu uma nova etapa de discussão e planejamento dentro da escola, com a finalidade de resolver ou minimizar o problema.

O diagnóstico participativo ocorreu entre setembro e novembro de 2017 e tinha o propósito de envolver todos os professores que responderam ao questionário, porém, devido à greve a que as escolas aderiram durante o período de desenvolvimento da pesquisa, o número de professores participantes no diagnóstico foi 81.

Quadro 2. Modelo de Mariz de Priorização de Problemas, proposto por Verdejo (2006).

Problemas	Prioridades	Votos

4.4.3 Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um documento construído pela escola, onde deve estar inserido o conjunto de planos e atividades que a instituição irá desenvolver em determinado período, podendo ocorrer alterações de acordo com a necessidade. O PPP deve ser elaborado coletivamente, a partir da realidade local, pontuando, de forma clara, todos os objetivos a serem desenvolvidos e cumpridos pela escola (PUCCI *et al.*, 2014).

Cada escola foi visitada e os PPPs analisados minuciosamente quanto à presença (sim) ou ausência (não) dos seguintes aspectos: (1) inserção do tema Educação Ambiental (EA); (2) inserção da temática sustentabilidade; (3) proposta fundamentada na interdisciplinaridade da EA; (4) proposta englobando a transversalidade da EA; (5) existência de projeto voltado para EA, pontual ou não. Foram avaliados dez PPPs e as análises ocorreram em dezembro de 2017 e janeiro de 2018.

4.5 Aspectos Éticos

O projeto do qual se originou a presente pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Tiradentes, sob o Parecer nº 1.872.752, em 17 de dezembro de 2016.

4.6 Análise dos Dados

4.6.1 Questionário

Para a análise quantitativa, os dados dos questionários foram organizados em uma planilha do Microsoft Excel 2010 e, em seguida, foram realizadas análises de frequência absoluta e percentual.

As seguintes variáveis foram analisadas descritivamente, através de médias e com frequências absolutas e percentuais: sexo, faixa etária, nível de escolaridade, tempo de magistério, série em que leciona, formação, disciplina que leciona, aspectos de sustentabilidade, práticas sustentáveis, recebimento da verba, conhecimento dos objetivos, interferência na comunidade local.

Foi realizada uma análise bivariada da variável conhecimento sobre os objetivos do PDDE-ES, com variáveis sociodemográficas (sexo, faixa etária, nível de escolaridade, tempo de magistério ou tempo de gestão) e ainda com as variáveis do perfil profissional do professor (formação, disciplina que leciona, série em que leciona).

Também foi realizada uma análise bivariada para a variável dificuldades encontradas na aplicação de práticas sustentáveis, com variáveis sociodemográficas e as variáveis do perfil profissiográfico do professor.

Apenas duas das 10 escolas haviam recebido o recurso do PDDE-ES no período da pesquisa, o que inviabilizou análises estatísticas comparativas mais aprofundadas com o aspecto desse recebimento.

Para a análise qualitativa das questões subjetivas do questionário, foi utilizado o software IRAMUTEC (Interface de R pour l'analyse Multidimensionnelle de Textes et de Questionnaires), programa que se ancora no software R e viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais e tabelas de indivíduos por palavras. A análise textual consiste especificamente na análise de material verbal transcrito (CAMARGO; JUSTO, 2013). Para a análise dos dados transcritos, foi utilizado o método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), pelo qual os textos são classificados de acordo com seus vocabulários semelhantes e diferentes e, após a classificação os textos, são divididos em função da frequência das formas reduzidas.

4.6.2 Diagnóstico Rápido Participativo

A análise dos dados da “Matriz de priorização de Problemas” foi realizada de forma descritiva, apresentando a frequência de ocorrência dos problemas mais votados nas escolas participantes.

4.6.3 Projeto Político-Pedagógico

A avaliação dos PPPs foi realizada de forma descritiva.

4.7 Devolutivas e Projeto de Extensão

Foram realizadas devolutivas em que cada escola recebeu uma atividade voltada para a temática selecionada como prioritária no diagnóstico participativo. As devolutivas envolveram toda a comunidade escolar: gestores, professores, funcionários e alunos, e visou levar informação, promover a discussão e auxiliar na resolução da problemática levantada (Apêndice A). Espera-se que, após as devolutivas, cada escola busque planejar e desenvolver formas para solucionar as problemáticas levantadas, visando melhorias no seu ambiente escolar e mostrando que a manutenção de um espaço sustentável e agradável depende da colaboração de todos.

Adicionalmente, em conjunto com o projeto de Mestrado, foi aprovado um projeto de Extensão na Universidade Tiradentes, intitulado “Mostra Sustentável na Escola: Cultivando os Saberes da Sustentabilidade”, cujo objetivo foi realizar uma mostra sustentável nas escolas de Aracaju, inscritas no Programa Dinheiro Direto na Escola - Escola Sustentáveis.

Mais especificamente, essa mostra buscou sensibilizar a comunidade escolar das problemáticas ambientais e da importância dos cuidados com o meio ambiente; promover intervenções educativas sobre sustentabilidade; apresentar estratégias práticas de ações que envolvam a sustentabilidade e incentivar alunos, professores, funcionários e gestores a propagarem, na comunidade, a importância de um meio ambiente sustentável para uma melhor qualidade de vida (APENDICES A e B). O projeto de extensão também permite a inserção da Universidade Tiradentes nas comunidades, por meio do Curso de Ciências Biológicas e do Programa de Pós-graduação em Saúde e Ambiente, permitindo a troca de experiências e conhecimento.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Perfil Sociodemográfico e Profissiográfico de gestores e professores

Dentre os gestores que responderam ao questionário, 75% eram do sexo masculino, com idade entre 28 e 64 anos e média de 44 anos. 66,7% tinham um tempo de gestão variando de sete meses a dois anos. Quanto à formação acadêmica dos gestores, 33,3% tinham curso superior em Geografia e Pedagogia e 58,3% possuíam curso de Especialização (Tabela 1).

Quanto aos professores, 81,6% eram do sexo feminino, com faixa etária variando entre 26 e 55 anos e idade média de 39 anos. 56,3% tinham formação em Pedagogia e 68% possuíam Especialização. O tempo de magistério foi praticamente igual para as duas categorias, sendo 48,5% dos docentes com até 12 anos de magistério e 41,7% com mais de 12 anos. 75,7% dos professores lecionavam do 1º ao 5º ano (Tabela 1).

No grupo dos professores, a maioria era do sexo feminino. Já entre os gestores das escolas, a maioria era composta de homens. Esse dado mostra um cenário um pouco diferente daquele normalmente observado nas escolas, onde, habitualmente, os cargos de diretoria eram ocupados por mulheres.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica dos gestores e professores das escolas inscritas no Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES) Aracaju, 2014.

Aspectos pessoais	Gestor		Professor	
	n	%	n	%
Sexo				
Masculino	9	75	19	18,4
Feminino	3	25	84	81,6
Faixa etária				
De 28 a 41	6	50		
De 44 a 64	6	50		
De 26 a 39 anos			48	46,6
De 40 a 55 anos			45	43,7
Formação profissional				
Educ. Física	1	8,3		
Pedagogia	3	25	58	56,3
Letras	1	8,3		
História	1	8,3		
Matemática	1	8,3		
Geografia	4	33,3		
Química Industrial	1	8,3		
Outras formações			35	34
Não respondeu			10	9,7
Nível de escolaridade				
Superior	4	33,3	31	30
Especialização	7	58,3	70	68
Mestrado	0	-	1	1
Mestrado (cursando)	0	-	1	1
Doutorado	0	-		
Doutorado (incompleto)	1	8,3		
Tempo de gestão (Gestor)				
Tempo de magistério (Professor)				
De sete meses a dois anos	8	66,7		
De três anos a quatro anos	4	33,3		
Até 12 anos de magistério			50	48,5
Mais de 12 anos de magistério			43	41,7
Não respondeu			10	9,7
Disciplina que leciona (professor)				
Polivalente			65	63,1
Não polivalente			34	33
Não respondeu			4	3,9
Série em que leciona (professor)				
Do 1º ao 5º ano			78	75,7
Do 6º ao 9º ano			24	23,3
Não respondeu			1	1
Total	12	100	103	100

5.2 Conhecimento e desenvolvimento do PDDE-ES

Quanto ao recebimento do recurso do Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES), apenas duas (16,7%) das 12 escolas inscritas no programa em 2014 receberam a verba no início do ano de 2017. Quanto ao conhecimento dos professores sobre o recebimento do recurso, 44,7% não sabiam se a escola havia recebido e 42,7% não responderam a essa questão, o que também pode estar refletindo um não conhecimento sobre a liberação do recurso ou da inserção da escola no programa (Tabela 2).

Em relação à construção do plano de ação do PDDE-ES, 75% dos gestores responderam que houve participação dos docentes na construção do plano.

No tocante ao conhecimento dos objetivos do PDDE-ES, 83,3% dos gestores afirmaram terem conhecimento dos mesmos, os quais estão propostos no plano de ação do projeto criado pela escola (Tabela 2).

A maioria dos professores, 61,2%, respondeu não ter conhecimento dos objetivos do PDDE-ES, indicando uma falta de diálogo entre gestores e professores, uma vez que a maioria dos gestores afirmou que os docentes participaram da construção do plano de ação, ou seja, se eles participaram, logo, deveriam ter conhecimento dos objetivos propostos, uma vez que, na elaboração, são definidas as ações e os objetivos a serem realizados e cumpridos pela escola, informando também como o recurso será utilizado.

Alguns professores relataram que, no ano de 2014, não estavam na escola e, por isso, não tinham conhecimento do projeto. Assim sendo, é importante ressaltar que é necessário o diálogo entre ambas as partes para que o docente, ao ingressar na escola, tenha conhecimento dos projetos nos quais ela está inserida e/ou inscrita para que esse profissional possa se integrar do andamento das atividades e participar das ações realizadas pela escola.

Essa dificuldade de comunicação observada na presente pesquisa foi semelhante àquela encontrada por Mota (2016), que, da mesma forma, analisou o conhecimento dos professores quanto ao desenvolvimento do PDDE-ES em duas escolas de Santa Catarina. Quando os professores dessas duas escolas foram questionados sobre o conhecimento do plano de ação do Programa, eles não souberam responder. Os gestores afirmaram que eles haviam participado da construção do plano, mas os professores relataram que não fizeram parte desse processo, contradizendo a fala dos gestores (MOTA, 2016).

O conhecimento por parte dos professores sobre projetos desenvolvidos na escola pode ser imprescindível para que o engajamento e a participação dos docentes sejam efetivos. Isso porque essa colaboração e construção conjunta permitem uma melhor análise das necessidades escolares, contribuindo, assim, com a elaboração de um projeto que contemple a realidade e as necessidades locais (SANTOS, JACOBI, 2011).

Em relação às dificuldades encontradas para execução das práticas de Educação Ambiental e sustentabilidade, tanto os gestores das escolas que receberam o recurso quanto os daquelas que não receberam afirmaram ter encontrado dificuldades e problemas. Somente um gestor, dos 12 participantes, afirmou não ter dificuldades para a realização das atividades de Educação Ambiental e práticas sustentáveis, e outro não respondeu a essa questão.

Quanto às dificuldades encontradas, dois gestores apontaram a falta de adesão por parte dos professores, pois acreditavam que, para se obter êxito nos projetos, seria necessário o envolvimento de todos da escola, e o professor teria importante papel nesse processo. Porém, a falta de interesse por parte dos alunos e a resistência dos mesmos em participar e desenvolver atividades também foi outra dificuldade citada para a realização de projetos de Educação Ambiental dentro da escola. Os dados encontrados corroboram com Bosa e Tesser (2014), que pesquisaram 16 escolas em Santa Catarina. Dessas, 15 afirmaram encontrar dificuldades na execução de tais projetos e os entraves citados foram a falta de recursos e a falta de interesse da gestão, de professores e alunos, que ocorre devido principalmente à falta de comunicação entre os envolvidos.

O gestor de uma das escolas que recebeu o recurso também apontou dificuldade em relação ao plano de ação. Ele alegou que o planejamento construído na antiga gestão não contemplava as principais necessidades da escola, o que impossibilitava a resolução das principais pendências, visto que não era autorizado o remanejamento de recurso. Esse fato reforça a importância de um planejamento e de que o projeto seja construído a partir de uma análise fidedigna da realidade local e da organização de estratégias para que não ocorram falhas na sua construção e na logística de execução.

Em outra escola, o gestor relacionou a dificuldade em desenvolver projetos à falta de envolvimento do professor de Ciências, que, segundo ele, deveria ser o responsável pela elaboração de projetos ou execução de práticas sustentáveis dentro da escola. Essa afirmação traz a discussão sobre quem e como a Educação Ambiental deve ser trabalhada no ambiente escolar. Bizerril e Faria (2001), trabalhando com professores de escolas particulares e públicas, que lecionavam no Ensino Fundamental, no Distrito Federal, observou que os temas ambientais geralmente eram abordados pelos professores de Ciências, Geografia.

A conduta do gestor que transfere a responsabilidade de tratar a temática ambiental para um único professor não condiz com o proposto pela Política Nacional de Educação Ambiental, a qual difunde que a Educação Ambiental deve ser trabalhada de forma transversal, integrada e contínua, em todas as formas de ensino (PNEA, 1999). Ressalta-se que os temas ambientais perpassam todas as disciplinas e cada uma, com seus conceitos e aplicações, pode contribuir para o debate e a solução dos problemas.

Quando comparados os resultados dos gestores com os dos professores, percebe-se que as fragilidades apontadas são similares. Nas escolas que não receberam o recurso do projeto, 22,3% dos professores afirmaram encontrar dificuldades para executar práticas de educação ambiental e sustentabilidade e, quando questionados sobre quais eram essas dificuldades, foram citadas a falta de recurso financeiro, a falta de empenho dos alunos e a falta de apoio pedagógico, e 11,7% não responderam a essa questão, podendo essa frequência refletir uma falta de envolvimento desses professores com as práticas e atividades de educação ambiental realizadas na escola ou o não conhecimento do projeto no qual a escola está inscrita.

O presente trabalho corrobora com os achados de Biondo (2008), que, na sua pesquisa, também cita como dificuldades a falta de participação dos alunos, a baixa adesão dos professores às atividades voltadas para a Educação Ambiental e a falta de recursos financeiros.

Percebe-se que esse conjunto de variáveis compromete a execução das práticas de sustentabilidade e de Educação Ambiental no ambiente escolar. Porém, é necessário ponderar e discutir o porquê da falta de interesse de professores e gestores e o que está faltando para que haja um posicionamento diferente quanto às questões ambientais por parte desses indivíduos. O problema maior é a falta de diálogo ou o despreparo desses profissionais para trabalharem essas questões em sala de aula e incluírem essas temáticas nos seus conteúdos programáticos?

Com relação aos alunos, os professores relataram existir resistência e falta de interesse dos mesmos em participarem das atividades relacionadas à Educação Ambiental, e também em realizar práticas básicas de cunho ambiental no dia-a-dia escolar, como manter o ambiente limpo, jogar os resíduos nas lixeiras e separar-los. Na pesquisa de Bizerril e Faria (2001), os professores igualmente apontaram a falta de compreensão dos alunos sobre a importância do meio ambiente para suas vidas e o despreparo dos discentes para uma mudança de atitude e comportamento na solução das questões ambientais. O desinteresse por parte dos alunos também levanta a discussão sobre as metodologias utilizadas para se trabalharem as questões ambientais na escola. Logo, se faz necessário refletir se tais metodologias estão sendo efetivas no envolvimento e comprometimento dos alunos com as atividades propostas pela escola.

Nardy; Estevão, (2015) constataram em sua pesquisa que, as atividades de Educação Ambiental propostas na escola foram bem aceitas e executadas pelos alunos e os mesmos se envolveram de forma efetiva, resultando no aprendizado sobre as questões ambientais e responsabilidades do cidadão. Os autores ressaltam que uma das atividades apresentadas, que seria trabalhar o “Papel da Legislação Ambiental Brasileira” não foi bem aceita pelos os alunos no momento da execução do projeto, e neste caso, os facilitadores

alteraram a atividade para alcançar o resultado proposto, mostrando a importância na adequação de metodologias de acordo com cada realidade para obtenção de sucesso nos trabalhos de Educação Ambiental.

O cenário encontrado Nardy; Estevão, (2015), ressalta que o uso de metodologias adequadas que contemplem a realidade do ambiente trabalhado, resulta em um maior comprometimento e interesse dos alunos nos projetos de Educação Ambiental e neste sentido, é necessário que os professores e gestores articulem qual a melhor forma de trabalhar essas questões em sala de aula e na comunidade escolar.

No presente trabalho, foram realizadas atividades de Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis nas escolas participantes da pesquisa e observou-se uma boa aceitação dos alunos que mostraram interesse pelos temas trabalhados e participaram de forma efetiva das atividades, contradizendo o discurso de professores e gestores entrevistados na pesquisa.

Registrou-se que 50% dos gestores das escolas que receberam o recurso acreditavam que o PDDE-ES interfere na comunidade local e 50% dos gestores de escolas que não receberam não acreditavam nessa interferência. Quando investigadas todas as escolas, que receberam ou não o recurso, 34,9% dos professores concordaram que o PDDE-ES interferia na comunidade local e, como pontos positivos, foram citadas as melhorias no relacionamento entre comunidade e escola, a integração dos alunos e a contribuição para uma boa relação entre alunos e escola (Tabela 2).

Nas escolas que não receberam o recurso, os professores relataram já terem realizado alguma atividade de educação ambiental, que geralmente ocorria de forma pontual, em dias comemorativos, sendo mais raro o desenvolvimento de projetos continuados. As diretrizes PCNs (1999) indicam que a Educação Ambiental deve ser tratada como tema transversal, pois é a maneira mais adequada de se trabalharem questões socioambientais na comunidade escolar, de forma articulada e contínua, garantindo que todos tenham acesso ao conhecimento de forma continuada.

Tabela 2. Conhecimento e desenvolvimento do PDDE-ES nas escolas de Aracaju, inscritas em 2014.

Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES)	Gestor		Professor	
	n	%	n	%
Recebimento da verba do PDDE-ES				
Sim	2	16,7	13	12,6
Não	10	83,3	46	44,7
Não respondeu			44	42,7
Conhecimento dos objetivos do PDDE-ES				
Sim	10	83,4	24	23,3
Não	2	16,6	63	61,2
Não respondeu			16	15,5
Participação dos professores na construção do plano de ação do PDDE-ES				
Sim	9	75		
Não	3	25		
Dificuldades ou problemas na execução de práticas de EA e sustentabilidade^a				
Sim	2	16,7	4	3,9
Não	0		7	6,1
Dificuldades para realização de projetos de Educação Ambiental na sua escola				
Sim	9	75	43	41,7
Não	3	25	44	42,8
Não respondeu			16	15,5
Interferência do PDDE-ES na comunidade local^a				
			2	1,9
Sim	1	8,3	10	9,7
Não	1	8,3	1	1
Não respondeu			2	1,9
Desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental sem o recurso do PDDE-ES^b				
Sim	6	50,0	29	28,2
Não	3	25,0	8	7,8
Não respondeu	1	8,3	9	8,7
Dificuldades ou problemas na execução de práticas de Educação Ambiental^b				
Sim	8	75,0	23	22,3
Não	1	8,3	11	10,7
Não respondeu	1	8,3	12	11,7
Interferência do PDDE-ES na comunidade local^b				
Sim	5	41,7	26	25,2
Não	5	41,7	9	8,7
Não respondeu			11	10,7
Total	12	100	103	100

^a F - Somente para respostas positivas para o recebimento do recurso

^b F - Somente para respostas negativas para o recebimento do recurso

O conhecimento dos docentes sobre os objetivos do Programa Dinheiro Direto na Escola-Escolas Sustentável não obteve nenhuma diferença significativa para as variáveis sexo, faixa etária, nível de escolaridade dos professores, formação, série que leciona disciplina que leciona e tempo de magistério. Vale ressaltar que o cruzamento não incluiu dados dos professores que não responderam as questões relativas ao tema (Tabela 3). Estes resultados corroboram com Silva *et al.*, (2015) que relacionaram a idade com o conhecimento de professores aos temas ambientais e constataram que, a idade não interferiu no nível de conhecimento desses profissionais, demonstrando que, o conhecimento acontece de maneira eventual e que a idade não impossibilita a busca por capacitação dos temas abordados.

Fatores sócios demográficos e psicográficos não tiveram associação com o conhecimento desses professores quanto aos objetivos propostos nos planos de ação. A maioria dos professores (61,2%) afirma não conhecer tais objetivos, resultado que deve ser discutido, uma vez que, é de responsabilidade tanto do gestor passar as informações para o professor como se encontra a realidade da escola, quanto do professor, ao fazer parte de um novo trabalho buscar informações sobre o andamento das atividades realizadas pela escola, para que o mesmo fique informado de todas as ações e possa contribuir com a evolução da mesma, é necessário que, o diálogo e a busca por conhecimento seja algo contínuo na rotina desses profissionais. Vale ressaltar que o cruzamento não incluiu dados dos professores que não responderam as questões relativas ao tema (Tabela 3).

Tabela 3. Análise bivariada do conhecimento dos objetivos do PDDE-ES, com as variáveis sociodemográficas e profissiográficas dos professores das escolas inscritas no PDDE-ES 2014.

Variáveis		Conhecimento dos objetivos do PDDE-ES			
		Sim	Não	Total	<i>p</i>
Sexo	Masculino	6	13	19	
	Feminino	18	50	68	
Total		24	63	87	0,66
Nível de escolaridade	Superior	10	15	25	
	Especialização	13	47	60	
	Mestrado	0	1	1	
	Mestrado em curso	1	0	1	
Total		24	63	87	0,112
Formação	Pedagogia	12	30	42	
	Outras formações	8	27	35	
	Não respondeu	4	6	10	
Total		24	63	87	0,553
Série em que leciona	Do 1º ao 5º Ano	18	44	62	
	Do 6º ao 9º Ano	6	18	24	
	Não respondeu		1	1	
Total		24	63	87	0,769
Disciplina que leciona	Polivalente	15	36	51	
	Não polivalente	8	26	34	
Total		23	62	85	0,55
Tempo de magistério	Até 12 anos de magistério	12	29	41	
	Mais de 12 anos de magistério	11	29	40	
Total		23	58	81	0,86
Faixa etária	De 26 a 39 anos	11	28	39	
	De 40 a 55 anos	10	31	41	
Total		21	59	80	0,698

No cruzamento das variáveis com as dificuldades e problemas na execução de práticas de Educação Ambiental somente a variável “série que leciona” foi significativa (Tabela 4).

Tabela 4. Análise bivariada das dificuldades e problemas na execução de práticas de Educação Ambiental, de acordo com as variáveis sociodemográficas e profissiográficas dos professores das escolas inscritas no PDDE-ES 2014.

Variáveis		Dificuldades e problemas na execução de práticas de EA			
		Sim	Não	Total	P
Sexo	Masculino	7	4	11	
	Feminino	16	7	23	
Total		23	11	34	0,73
Nível de escolaridade	Superior	7	3	10	
	Especialização	14	8	22	
	Mestrado	1	0	1	
	Mestrado em curso	1	0	1	
Total		23	11	34	0,767
Formação	Pedagogia	9	8	17	
	Outras formações	12	2	14	
	Não respondeu	2	1	3	
Total		23	11	34	0,152
Série em que leciona	Do 1º ao 5º Ano	15	11	26	
	Do 6º ao 9º Ano	8	0	8	
Total		23	11	34	0,025*
Disciplina que leciona	Polivalente	11	8	19	
	Não polivalente	12	3	15	
Total		23	11	34	0,171
Tempo de magistério	Até 12 anos de magistério	6	6	12	
	Mais de 12 anos de magistério	15	5	20	
Total		21	11	32	0,149
Faixa etária	De 26 a 39 anos	6	7	13	
	De 40 a 55 anos	13	4	17	
Total		19	11	30	0,88

Esse resultado apontou que a série está relacionada com as dificuldades encontradas, o que reforça a necessidade de planejamento dessas atividades para abordar os temas, com metodologias adequadas para a idade das crianças. Foram nas séries iniciais que os professores encontram maiores dificuldades, sendo necessário pontuar que, é a partir do ensino base que as temáticas ambientais e sustentáveis devem ser inseridas, pois o indivíduo está no início da formação e construção do conhecimento. Ademais todos os professores do 6º ao 9º ano relataram dificuldades ou problemas na execução de práticas

de Educação Ambiental o que implica na necessidade de capacitação também para os professores destas séries.

Os professores participantes da pesquisa de Araújo e Oliveira (2008), que lecionavam em escolas públicas e privadas do ensino médio, alegaram que no percurso da sua formação os temas ambientais eram abordados esporadicamente e/ou em nenhum momento do curso. Neste sentido, percebe-se que, a dificuldade em inserir em seus conteúdos as temáticas ambientais é um reflexo da formação do sujeito, uma vez que, essas questões não são trabalhadas na formação inicial, dificultando a articulação e inserção da Educação Ambiental no planejamento escolar e mostrando a fragilidade com a qual os temas ambientais são abordados.

5.3 A visão de gestores e professores sobre os aspectos ambientais

Com relação ao desenvolvimento de programas de Educação Ambiental na escola, 58,3% dos gestores confirmaram ter desenvolvido algum programa com essa temática, na instituição. Esse índice pode significar que as escolas, mesmo diante das fragilidades levantadas e dos desafios enfrentados, têm buscado executar esse trabalho (Tabela 5). Contudo, houve também um cenário preocupante, visto que foi constatado que 83,3% das escolas, segundo os gestores, ainda não possuíam uma proposta ambiental, com um conjunto de ações desenvolvidas dentro da escola, voltadas para a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

A Tabela 5 mostra que, dentre os gestores, 58,3% afirmaram existir atividades de EA na escola e, entre os professores, 64,1% confirmaram promover ações de Educação Ambiental.

Foram citadas atividades relacionadas à semana do uso inteligente da água; incentivo ao não desperdício de água e de merenda escolar; conscientização sobre preservação e proteção do patrimônio escolar e do meio ambiente em geral; horta e jardinagem; sustentabilidade ambiental social e cultural; coleta seletiva, reciclagem, compostagem e limpeza de salas; elaboração de brinquedoteca; produção de brinquedos com sucata, dentre outros. As ações desempenhadas podem ser confirmadas pelos discursos dos professores:

[...] Projeto Ponha e Reponha a água; a terra pede socorro; lixo é crime e de responsabilidade de todos. P3.

[...] Não desperdiçar alimento, não jogar lixo no chão, reaproveitar algumas embalagens, cuidado com as plantas e não desperdiçar água. P7.

[...] Não matar animais nem agir com perversidade; respeitar o colega; não jogar lixo no chão; descartar óleo de cozinha em recipiente que possa reciclar. P13.

[...] Conservação e limpeza. P35.

[...] Brinquedos produzidos por sucata, exposição de cartazes para evitar desperdício, peças teatrais de conscientização da ação humana. P39.

[...] Somente com os meus alunos, foi discutido o reaproveitamento de resíduo orgânico: casca de fruta, verdura etc. Para utilizar como adubo natural. P53.

[...] Plantio de árvores, proteção ao meio, palestras sobre reflorestamento, lixo e esgoto. P59.

[...] Lixo - uma responsabilidade de todos; água e o seu uso racional na escola; o barulho, o som e o ruído. Como posso conviver na escola. P62.

[...] Explicando e debatendo a necessidade do não desperdício da água, da separação do lixo de forma seletiva, da importância da plantação de árvores etc. P64.

[...] Conversas dirigidas sobre a preservação, produção de textos, música sobre a natureza e os animais. P79.

[...] Leitura e debates com os alunos com o tema relacionado a educação ambiental. P84.

[...] Reciclagem, a colocação correta no lixo, o cuidado com o ambiente, o cuidado com as plantas. P88.

Algumas dessas atividades também foram executadas no trabalho de Andrade *et al.* (2016), em uma escola em Curitiba, onde o autor, junto com os alunos, construíram uma horta vertical, utilizando garrafas pets, uma alternativa que possibilita dar utilidade a um tipo de material que seria descartado.

Souza *et al.* (2013), em sua pesquisa, confeccionaram brinquedos com materiais provenientes da separação de resíduos sólidos, utilizando tampas de garrafas pets e papelões. Os autores também ministraram palestras como forma de introduzir a temática do lixo para conscientização dos alunos.

Segundo Andrade *et al.* (2016) e corroborando com os dados aqui registrados, o interesse em trabalhar a Educação Ambiental e a vontade de executar ações nesse âmbito estão presentes no ambiente escolar, por parte dos professores, mesmo diante de tantos obstáculos.

Os gestores acreditam que a inserção da Educação Ambiental na escola resulta, principalmente, na mudança de valores (50%) e na conservação do meio ambiente (25%). Já os docentes acreditam que a abordagem da Educação Ambiental na escola promove uma maior responsabilidade com os problemas ambientais (29%) e com a conservação do meio ambiente (28%) (Tabela 5).

Quanto às fontes de informações que gestores e professores citaram utilizar como recursos para obterem informações sobre as questões ambientais, foram mais citados jornais, revistas e livros, seguidos de rádio e TV, para as ambas as categorias (Tabela 5). No trabalho de Alves e Lima (2011), os professores da cidade de Paracatu, Minas Gerais, também citaram TV, vídeos, cursos, jornais, livros e revistas como meios de comunicação pesquisados para se obterem informações e se planejarem ações educativas.

Tabela 5. Conhecimento de gestores e professores quanto às questões ambientais contempladas nas escolas de Aracaju.

Aspectos Ambientais	Gestor		Professor	
	n	%	n	%
Desenvolvimento de programa de EA na escola				
Sim	7	58,3		
Não	5	41,7		
Proposta de política ambiental				
Sim	2	16,7		
Não	10	83,3		
Existência de atividades de Educação Ambiental na sua escola				
Sim	7	58,3		
Não	5	41,7		
Professores que promovem atividades de Educação Ambiental na escola				
Sim			66	64,1
Não			31	30,1
Não respondeu			6	5,8
Resultados a alcançar ao tratar da Educação Ambiental na prática educacional				
Mudanças de valores sociais	10	50	50	24,3
Formação de conceitos	3	15	37	18
Conservação do meio ambiente	5	25	58	28,2
Responsabilidade com os problemas ambientais	2	10	61	29,5
Fontes de informações em que os professores acompanham as questões ambientais				
Rádio/TV	17	34,0	125	28,1
Jornais/revistas/livros	17	34,0	195	43,8
Eventos científicos	6	12,0	52	11,7
Internet	10	20,0	73	16,4
Capacitação e participação em eventos sobre Educação Ambiental				
Sim	5	41,7	36	35
Não	7	58,3	61	59,2
Não respondeu			6	5,8
Total	12	100	103	100

Jacobi (2005) argumentou que a Educação Ambiental funciona como uma estratégia mediadora para que o sujeito possa construir um conhecimento crítico, adquirir habilidades e mudar suas ações para resolver questões socioambientais. Segundo Giordan e Galli (2014), as mudanças comportamentais são possíveis quando a escola insere a EA no seu currículo escolar e trabalha no cotidiano com seus alunos, pois uma Educação Ambiental integradora permite a transformação do sujeito quanto ao enfrentamento e à resolução das questões ambientais.

Apesar de a maioria dos professores afirmarem que trabalham a Educação Ambiental na escola, 59,2% relataram nunca terem feito algum curso ou capacitação sobre o tema, o que pode estar ocasionando as dificuldades relatadas em se trabalhar à temática de forma efetiva, no currículo escolar. Para Feitosa *et al.*; (2016), é importante a capacitação dos professores para tratar a Educação Ambiental na escola, e uma formação continuada, pois os docentes, mesmo conhecendo os temas que devem ser desenvolvidos, não se sentem preparados para inseri-los no planejamento das aulas.

O despreparo dos professores para lidarem com a EA no ambiente escolar é observado em outras pesquisas em que são citados como fragilidades a falta de capacitação continuada, o receio de atrasar os conteúdos programáticos e a dificuldade na aplicabilidade da temática e em articular a execução do tema nas disciplinas (BIZERRIL, FARIA, 2001; ANDRADE, *et al.*; 2016).

Quando investigado o conhecimento dos professores sobre Educação Ambiental, as questões subjetivas deram origem a um segmento de texto com 1.506 palavras diferentes E, da classificação hierárquica descendente, originaram cinco classes, sendo a classe 5 separada com dois grupos de duas classes, classes 1 e 3 e classes 4 e 2 (Figura 1).

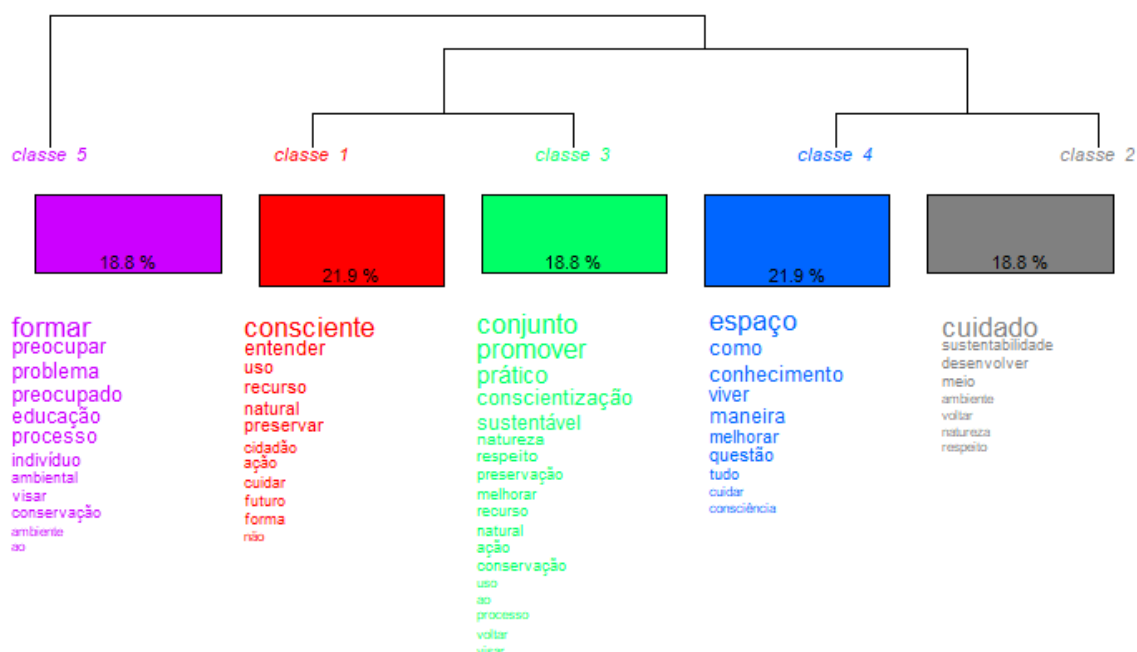


Figura 1. Classes de respostas dos professores das escolas inscritas no Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis, referente ao conhecimento sobre Educação Ambiental.

A classe 5 mostra que o entendimento dos professores sobre a Educação Ambiental aborda uma educação que se preocupa com os problemas ambientais e busca, no processo de ensino-aprendizagem, formar indivíduos conscientes e preocupados com essas questões, visando à conservação do meio ambiente.

Nas classes 1 e 3, as palavras “consciente e conjunto” foram as mais representativas, o que salienta, nas respostas dos professores, a utilização dos recursos naturais de forma consciente, evitando degradar o meio ambiente, e a Educação Ambiental como um conjunto de ações e práticas voltadas para auxiliarem na conservação e propagação de conhecimentos para o uso racional e sustentável desses bens.

Nas classes 4 e 2, os docentes relataram que a EA é uma educação voltada para os cuidados com o espaço em que se vive, respeitando e utilizando os recursos naturais e visando à sustentabilidade ambiental. Todos esses princípios corroboram com uma preocupação com o meio ambiente, com foco na sustentabilidade.

Percebe-se que os professores têm conhecimento do que é Educação Ambiental, partindo do pressuposto de que o meio ambiente é o centro das demais relações e que a preservação, a conservação, os recursos e a educação podem ser considerados pontos-chaves para a manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações e de uma relação harmoniosa entre homem e natureza.

5.4 A visão de gestores e professores sobre a sustentabilidade

Com referência à quantidade de disciplinas que trabalhavam o tema sustentabilidade, os resultados dos gestores apontaram maiores frequências para as categorias “duas” (25%) e “todas as disciplinas” (25%) como aquelas com maior inserção da temática nos seus conteúdos. Aqueles que citaram “duas” mencionaram as disciplinas Ciências e Geografia como aquelas que mais abordavam o tema em questão (Tabela 6).

Dentre os professores, 29,01% responderam que trabalhavam o tema sustentabilidade em todas as disciplinas (Tabela 6). Diante dos resultados desta pesquisa, evidencia-se que a temática vem ganhando mais espaço no ambiente escolar, um fator importante para o desenvolvimento da sustentabilidade nas escolas.

As práticas de sustentabilidade citadas pelos gestores e professores sujeitos da presente pesquisa, como desenvolvidas dentro da escola, foram: economia de água, reparação de vazamentos, não utilização de copos descartáveis, não desperdício de energia, limpeza da escola, uso consciente de materiais de consumo, separação de resíduos sólidos e reutilização de materiais, produção de horta e adubo orgânico.

Os gestores e professores, em mais de 80% das respostas, afirmaram que a escola evita o consumo sem necessidade de materiais, uma prática que economiza e evita o desperdício dentro do ambiente escolar. No entanto, o desperdício de alimentos foi um problema relatado principalmente pelos gestores e, em menor frequência, também pelos professores. Além do desperdício decorrente dos restos de merenda deixados por alunos e das sobras de comida na cozinha, o desperdício de água também foi levantado pelos professores (Tabela 6).

Em relação aos cuidados das áreas verdes das escolas e de seu entorno, 58,3% dos gestores disseram cuidar desses ambientes e 52,4% dos professores afirmaram não realizar esse tipo de cuidado, mostrando divergência na resposta entre os públicos pesquisados. Por outro lado, quanto à preocupação com a economia de energia, mais de 90% dos gestores e professores relataram buscar essa economia no dia-a-dia escolar.

Após os questionamentos sobre o PDDE-ES e os aspectos ambientais e de sustentabilidade dentro das doze escolas participantes, 83,3% dos gestores e 56,3% dos professores não consideraram sua escola como uma escola sustentável. Apesar de gestores e professores terem mencionado o desenvolvimento de atividades de Educação Ambiental nas escolas. Novamente, ambos citaram os problemas já mencionados e relacionados a água, resíduos, alimentos e a degradação do espaço físico das escolas como fatores que contribuíam para que sua escola não pudesse ser considerada uma escola sustentável (Tabela 6).

Nota-se que essas escolas enfrentam várias barreiras quando se trata de praticar a sustentabilidade e o maior desafio seria a inserção dessa temática no currículo escolar, de

forma articulada, para que todos pudessem se envolver e desenvolver atividades que contribuíssem para o crescimento da escola como um todo.

As escolas do presente estudo realizam atividades sustentáveis e de Educação Ambiental, porém, na maioria delas, tais trabalhos ocorrem em ações pontuais, sem planejamento e continuidade, o que interfere no desenvolvimento da escola como um espaço sustentável permanente. Por essa razão, evidencia-se na necessidade de uma melhor articulação e adequação do currículo, da gestão e do espaço físico para se focar mais nessas temáticas e se fortalecer o ambiente escolar para, no futuro, ele ser um espaço educador sustentável. Conforme se encontra em Brasil (2014), a escola sustentável é aquela que mantém uma relação de equilíbrio com o meio ambiente e desenvolve tecnologias para minimizar os impactos ambientais gerados.

É notório que os gestores têm conhecimento de sustentabilidade e de suas práticas, mas é preciso o engajamento de todos para que se obtenha sucesso e para se alcançar a sustentabilidade ambiental na escola.

Tabela 6. Relação das atividades e desenvolvimento de práticas sustentáveis, realizadas pelos gestores e professores das escolas inseridas no PDDE-ES.

Sustentabilidade	Gestor		Professor	
	n	%	n	%
Quantidade de disciplinas que trabalha o tema sustentabilidade				
Uma	2	16,7	8	7,8
Duas	3	25	15	14
Três	1	8,3	6	13,6
Quatro	2	16,7	6	5,8
Todas	3	25	30	29,1
Nenhuma	1	8,3	11	10,7
Realiza prática sustentável na escola				
Sim	7	58,3	54	52,4
Não	5	41,7	28	27,2
Não respondeu			21	20,4
A escola evita o consumo sem necessidade, dos materiais utilizados				
Sim	10	83,3	89	86,4
Não	0		6	5,8
Não respondeu	2	16,7	8	7,8
Existência de Desperdício de material ou alimento na sua escola				
Sim	10	83,3	58	56,3
Não	2	16,7	33	32
Não respondeu			12	11,7
Cuidado com áreas verdes da escola e com as que ficam próximas a ela				
Sim	7	58,3	41	39,8
Não	5	41,7	54	52,4
Não respondeu			8	7,8
Preocupação com o consumo de energia e busca de economia				
Sim	11	91,7	96	93,2
Não	1	8,3	2	1,9
Não respondeu			5	4,9
Considera sua escola uma escola sustentável				
Sim	2	16,7	28	27,2
Não	10	83,3	58	56,3
Não respondeu			17	16,5
Total	12	100	103	100

5.5 Diagnóstico Rápido Participativo

No diagnóstico participativo realizado com professores, o lixo foi apontado como o problema de maior prioridade (33%) nas escolas e ainda foram citados a degradação do espaço físico, a falta de gerenciamento e descarte inadequado dos alimentos, a falta de saneamento básico e o uso inadequado da água (Figura 2).

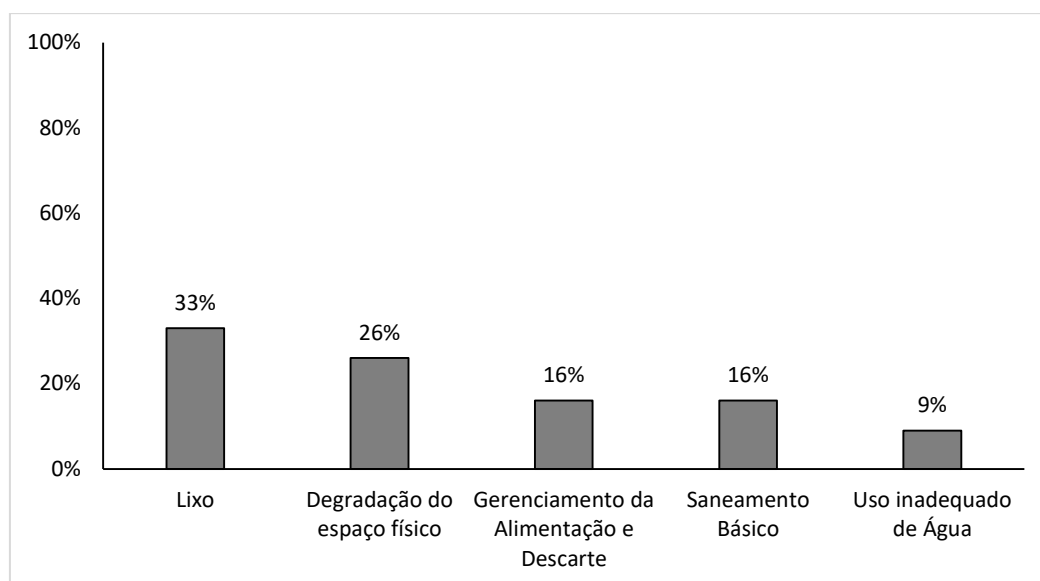


Figura 2. Frequência dos problemas ambientais levantados pelos professores, nas escolas inscritas no Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis.

A problemática do lixo também foi levantada no questionário, quando perguntado qual a maior problemática no entorno da escola, onde 50% dos professores responderam ser o descarte inadequado de lixo. Ainda segundo eles, os alunos não respeitam e não se preocupam com o ambiente da escola, não havendo interesse em contribuir com limpeza, organização e cuidados, o que torna o ambiente poluído e até impróprio para o desenvolvimento de algumas atividades. As afirmações dos docentes afirmam a urgência em discutir com os alunos e mostrar a necessidade de respeitar o ambiente que eles utilizam diariamente, construído para que eles tenham acesso a uma educação de boa qualidade e que influenciará no futuro de todos.

Para Medeiros *et al.* (2011), essas mudanças de comportamento e atitudes são possíveis quando a Educação Ambiental passa a fazer parte do cotidiano da escola, integrando a teoria e a prática na vivência escolar e buscando desenvolver, nesses sujeitos, a percepção de que eles também fazem parte do meio e que, portanto, têm responsabilidade e dever de cuidar, conservar e respeitar um espaço que é de uso de todos.

Desse modo, o diagnóstico também mostrou as fragilidades encontradas pelos professores e reforçou a necessidade de comunicação, planejamento e capacitação para impulsionar o desenvolvimento da Educação Ambiental e fortalecer o ambiente escolar dentro do contexto sustentável.

5.6 Projeto Político-Pedagógico (PPP)

Na análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP), constatou-se que apenas quatro de dez escolas abordavam a inserção da temática Educação Ambiental e Sustentabilidade em seu conteúdo. Esse resultado mostra que os temas ambientais ainda não fazem parte dos Projetos Político-Pedagógicos de forma efetiva, fragilizando o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a ausência de abordagem dessas temáticas não fornece suporte para o seu ensino. Assim, a Educação Ambiental fica fragmentada, sendo realizada no formato de atividades e apenas de forma pontual na maioria das escolas, o que foge da definição real de educação ambiental.

Quanto à interdisciplinaridade da Educação Ambiental nos PPPs, nove escolas não abordaram o tema de forma interdisciplinar, em seus conteúdos e sete escolas não englobavam a transversalidade da Educação Ambiental em seus conteúdos. Isso torna o cenário ainda mais preocupante, pois se sabe que a construção do conhecimento em Educação Ambiental deve ser articulada e contínua conforme cita a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA, 1999)

Foi constatado que seis escolas das dez pesquisadas inseriram, nos PPPs, projetos relacionados à Educação Ambiental, porém é importante verificar se estes estão realmente sendo executados, uma vez que o questionário e o diagnóstico mostraram a existência de mais ações pontuais do que projetos continuados.

A falta de inserção da Educação Ambiental no PPP da escola impossibilita que o aprendizado das questões socioambientais seja aprofundado. Essa lacuna limita o conhecimento dos alunos com relação a questões tão importantes e presentes na sua realidade, inviabilizando a sua atuação diante de situações-problema que vão influenciar diretamente a sua qualidade de vida.

Os resultados encontrados mostram que a Política Nacional de Educação Ambiental, não tem sido executada de forma efetiva por essas escolas, influenciando diretamente na execução do PDDE-ES, colocando em discurso a falta de comprometimento tanto dos gestores e professores em executar a mesma, quanto, dos governantes em repassar o recurso no prazo determinado e fornecer condições dignas e incentivo para que os profissionais da educação sintam-se reconhecidos e estimulados a trabalharem no cotidiano escolar as questões socioambientais, uma vez que, é necessário um conjunto de fatores para obter sucesso e contemplar os objetivos propostos.

6. CONCLUSÃO

A escassez de recursos financeiros e a ineficiência do diálogo entre gestão e professores são entraves que inviabilizam o desenvolvimento do Programa Dinheiro Direto na Escola - Escolas Sustentáveis (PDDE-ES) em Aracaju, Sergipe. As dificuldades para a execução de práticas sustentáveis e de Educação Ambiental estão relacionadas principalmente à não adesão de todos os membros da escola (gestor, professores, alunos). A não elaboração adequada do plano de ação do programa também foi um empecilho que impossibilitou a execução, com eficiência, do projeto na escola.

A deficiência de conhecimento dos professores quanto aos objetivos e planos de ações do PDDE-ES demonstra a fragilidade com que os projetos e ações voltados para a Educação Ambiental são tratados no ambiente escolar e a ausência da temática dentro do Projeto Político-Pedagógico reforça essa fragilidade.

Mesmo as escolas que desenvolvem atividades e práticas sustentáveis apresentam um formato de ação fragmentada e pontual, não alcançando os princípios propostos no PDDE-ES.

Como conclusão, nota-se a necessidade de comprometimento de toda a comunidade escolar e de uma articulação para que essas ações sejam implementadas no currículo escolar. É notório que a mudança de valores e o reconhecimento das responsabilidades somente serão possíveis com o desenvolvimento de uma educação integrada, despertando nos sujeitos o sentimento de pertencimento ao ambiente no qual estão inseridos e mostrando o quanto eles são importantes para a conservação desse espaço. Adicionalmente, ressalta-se a importância de cursos de capacitação para docentes e gestores, para que esses profissionais se sintam preparados para inserirem a Educação Ambiental e a sustentabilidade no planejamento escolar.

7. REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, M. L. F.; OLIVEIRA, M. M. Formação de professores de biologia e educação ambiental: Contribuições, deficiências e estratégias. *Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiente*, p. 256-273, 2008.
- ANDRADE, J. A. S.; KINOSHITA, K. F.; ROMEIRO, M. C.; GOES, G. A. Educação ambiental na escola: um estudo piloto sobre a percepção de professores. *Revista de Educação, Ciência e Cultura* 2016; 21(1): 43-62.
- ANDRADE, J. C. S. Desenvolvimento sustentado e competitividade: tipos de estratégias ambientais empresarias, Camaçari. *Tecbahia Revista Baiana Tecnologia* 1997; 12(2): 71-86.
- ALVES, L. R. F.; LIMA, T. R. A dimensão da percepção ambiental no ensino do município de Paracatu –MG. In II SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E TRANSDISCIPLINARIDADE. 2011, Minas Gerais. Anais. Goiânia: MG, 2011. p.1-13.
- BARBO, I. P. P. O despertar da consciência ambiental: um diagnóstico das práticas de educação ambiental formal no ensino público de Anápolis, Goiás [Dissertação]. Goiás: Centro Universitário de Anápolis; 2009.
- BARR, S. K., CROSS, J. E., ARCH, B. H. D. M. The whole-school sustainability framework: Guiding Principles for Integrating Sustainability Into All Aspects of a School Organization. Center for Green Schools at USGBC, 2014.
- BOSA, C. R.; TESSER, H. C. B. Desafios da educação ambiental nas escolas municipais do município de Caçador – SC. *Revista Monografias Ambientais*, 2014; 14(2): 2996 – 3010.
- BIONDO, EVANDRO. A Educação Ambiental na Escola Básica do Vale do Itaquari/RS - Atuação Temas e Dificuldades dos Docentes. 2008. 131 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Desenvolvimento – Centro Universitário UNIVATES, 2008.
- BIZERRIL; M. X. A.; FARIA, D. S. Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* 2001; 82(200/201/202): 57-69.
- BRASIL. Ministério da Educação. Manual Escolas Sustentáveis. MES. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. PCNs. 1998. 436 p.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE - Escolas Sustentáveis. PDDE-ES. 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Formando Com-vida, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: Construindo Agenda 21 na escola / Ministério da Educação. Brasília, DF, 2007.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio. 2000.
- BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Presidência da República. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília, DF, 1999. 123p

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão: Programa Nacional Escolas Sustentáveis. MEC, 2014.

BRUN, D.P., SILVEIRA, D. D. Educação Ambiental na Escola: Da coleta seletiva do lixo ao aproveitamento do resíduo orgânico. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental* 2011; 4(4) 608-617.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: Um Software Gratuito para Análise de Dados Textuais. *Temas em Psicologia* 2013; 21(2), 513-518.

CAVALCANTE, Z. V.; SILVA, M. L. A importância da revolução industrial no mundo da tecnologia. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA, 7., 2011, Maringá. Anais. Editora CESUMAR. Maringá: CUM, 2011.

CMMAD. World Commission on Environment and Development. Our common future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

COELHO, D. E. P.; BÓGUS, C. M. Vivências de plantar e comer: a horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores. *Saúde e Sociedade* 2016; 25(3), 761-771.

CORREIA, L. B. SILVA, M. D. S. da. Educação ambiental e a permacultura na escola. *Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental* 2016; 33(2): 90-105.

DIAS, F. G. Educação ambiental: princípios e práticas. GAIA; 2004.

ENO, E. G. J.; LUNA, R. R. LIMA, R. A. Horta na escola: incentivo ao cultivo e a interação com o meio ambiente. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental* 2015; 19(1), 248-253.

ESPÍNDOLA, M. A. J.; ARRUDA, D. O. Políticas ambientais: Ideologias, fazer antropológico e engajamento social. *Revista Visões*, 2008; 5 (1): p. 1-9.

FEITOSA, A. K.; SILVA, C. M.; SILVA, J. L. Educação Ambiental na percepção de professores em uma escola de ensino fundamental no Município de Iguatu, CE. *Revista Educação Ambiental em Ação*, 2016. 1-6.

GIORDAN, M.Z.; GALLI, V.B. Educação ambiental: um eixo norteador na mudança de comportamento. In: ANPED SUL, 10, 2014, Florianópolis. Anais. Florianópolis: UDESC, 2014. 1-18.

GROHE, S. L. S. Escolas sustentáveis como proposta de política pública no Brasil. X ANPED SUL, Florianópolis, 2014; 1-15.

GREENSCHOOL, Bali, Indonesia. Disponível em: <https://www.greenschool.org/>. Acessado em 18 fev. 2018.

GRZEBIELUKA, D.; KUBIAK, I.; SCHILLER, A. M. Educação Ambiental: A importância deste debate na Educação Infantil. *Revista REMOA* 2014; 13 (5): 3881-3906.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, P. P. (Org.). Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília: MMA, 2004, p. 25-34.

HAUBRICH, M.; SALDANHA, C.B.; SALVI, L.T. A transversalidade da educação ambiental no ensino fundamental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 6., 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: IPA, 2015. 1-7.

HOBSON, J. A. A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada. Nova Cultural. 1996.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. *Educação e Pesquisa* 2005; 31(2): 233-250.

LADEIRA, W. J.; SANTINI, F. O.; ARAUJO, C. F. Práticas sustentáveis nas instituições de ensino superior: Uma proposta de taxonomia baseada na percepção ambiental dos alunos do curso de administração. *Administração: ensino e pesquisa* 2012; 13(4): 735–761.

LAGO, A. A. C. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. FUNAG, 2006.

LINK, D. J., ARAÚJO, L. E. B., RAMPELOTTO, E. M., HILLING, C. Conscientização ambiental com alunos da educação infantil da Escola de Ensino Fundamental KinderWelt, de Agudo - RS. *Revista Monografias Ambientais* 2012; 6(6): 1305-1311.

MANSUR, Y. S.; COUTINHO, D. D. R.; TEODÓSIO, A. S. S. Desenvolvimento sustentável: governança, participação e parcerias intersetoriais. *Revista Ciência e Sustentabilidade* 2016, 2(2) 28-50.

MEDEIROS, A. B.; MENDONÇA, M. J. S. L.; SOUSA, G. L.; OLIVEIRA, I. P. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. *Revista Faculdade Montes Belos* 2011; 4(1): 1-17.

MIGUES, C. M. V.; Educar para a sustentabilidade: Princípios e práticas sustentáveis em escolas Estadual Rural da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: X Congresso Brasileiro de Excelência em Gestão, 8 e 9., 2014. Rio de Janeiro.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: Evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. *Revista Economia e Desenvolvimento* 2004, 16: 23-41.

MOTA, Junior Cesar. Possibilidades e limitações na transição de escolas para espaços educadores sustentáveis. In: XI ANPED SUL: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. 11, 2016, Curitiba. Anais eletrônicos da Reunião Científica Regional da ANPED. Educação movimentos sociais e políticas governamentais. Disponível em: < http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo17_JUNIOR-CESAR-MOTA.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2017.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, 2012; 26 (74): p. 51-64.

NARDY, M.; ESTEVÃO, E. B. L. F.. Atividades lúdicas como meio sensibilização ambiental na escola., 2015; 1-16.

OLIVEIRA, L. D. DA RIO - 92 À RIO +20: Um breve balanço de duas décadas. *Revista Geonorte* 2013; 7 (1): 420-433.

OLIVEIRA, M. V. de C; CARVALHO, A. de R. Princípios básicos do saneamento do meio. *Senac*; 2004.

OLIVEIRA, S. P.; FONSECA, M. R. B.; TEIXEIRA, T. R.; XAVIER, L. G. S.; REZENDE, C. F.; GALLÃO, M. I. Educação ambiental na escola: uma ferramenta de aprendizado mútuo. *Revista Educação Ambiental em Ação* 2014; 1-9.

ORNANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. 2015 Epi Info [online]. [acessado em 05 out. 2017]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/agenda2030/>

PARANHOS, R., FILHO, D. B. F., ROCHA, E. C., JÚNIOR, J. A. S., FREITAS, D. Uma introdução aos métodos mistos, *Revista Sociologias*, 2016; 18 (42): 384-411.

PUCCI, P. S; LIMA, L. C; BOSQUETTE, C. Educação ambiental: Projeto Político Pedagógico de uma escola de educação básica de Lages (SC). X ANPED SUL. In: XI ANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul Reunião Científica Regional da ANPED. 24 a 26, 2014, Curitiba. Anais eletrônicos da Reunião Científica Regional da ANPED. [Acessado em 10 de out de 2017]. Disponível em<http://xanpedsul.faed.udesc.br/publicacao/caderno_resumos.php>

QUINTANA, A. C. HACON, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental, *O Social em Questão* 2011; 25 (26): 427-444.

RISSATO, D.; SPRICIGO, B. A política ambiental no Brasil no período de 1970-1999. *Revista Ciências Sociais em Perspectiva*, 2010, 9 (16): 1677-9665.

SANTOS, V. M. N.; JACOBI, P. R. Formação de professores e cidadania: projetos escolares no estudo do ambiente. *Revista Educação e Pesquisa* 2011; 37(2): 263-278.

SÁ, M. P.; OLIVEIRA, M. A.; NOVAES, A. S. R. A importância da educação ambiental para o ensino médio. *Revista Brasileira de Educação Ambiental* 2015; 10 (3): 60-68.

SANTOS, A.G.; SANTOS, C.A.P. A inserção da educação ambiental no currículo escolar. *Rev Monografias Ambientais* 2016; 15(1): 369-380.

SANTOS, J. A., TOSCHI, M. S. Vertentes da Educação Ambiental: da conservacionista à crítica. *Journal of Social Technological and Environmental Science*. v.4, n.2 (Ed. Especial), jul.dez. 2015; p. 241-250

SARTORI, S., LATRÔNICO, F., CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Uma taxonomia no campo da literatura. *Ambiente & Sociedade* 2014; 17(1): 1-22.

TRAJBER, Rachel; SATO, Michèle. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, p. 71-78, 2010.

SEQUIEL, M. C. M. Cúpula mundial sobre desenvolvimento sustentável - Joanesburgo: entre o sonho e o possível. *Análise conjuntural* 2002, 24 (11-12): 1-4.

SILVA, A. S. Crianças e adolescentes disseminadores da sustentabilidade [Monografia]. MEDIANEIRA: Universidade Tecnológica Federal do Paraná; 2012.

SILVA, L. F. G. Implantação de espaços educadores sustentáveis: estudo de caso em escola pública do município de Poços de Caldas, MG. [Dissertação]. MINAS GERAIS: Universidade Federal de Alfenas, 2014.

SILVA, E.; SILVA, F. G.; SILVA, R. F. L.; SILVA, R. H.; OLIVEIRA, H. M. Avaliação do saber ambiental de professores do ensino público do município de São Bento, Paraíba. *Revista Scientia Plena*, p. 1-12, 2015.

SOBRAL, M. M. A importância do pensamento reflexivo crítico e criativo na educação ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental* 2014; 9 (2): 314-343.

SOUZA, G. S.; MACHADO, P. B.; REIS, V. R.; SANTOS, A. S.; DIAS, V. B. Educação ambiental como ferramenta para o manejo de resíduos sólidos no cotidiano escolar. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, 2013; 8(2) 118-130.

TORRES, C. C.E. Erich Walter Heine é a primeira escola sustentável da América Latina [Online]. 2013. [Acessado em 10 de out de 2016]. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1704998>.

TRAJBER, R.; SATO, R. T. M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. *Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental* 2010; 71-78.

TUGOZ, J. E. I.; BERTOLINI, G. R. F; BRANDALISE, L. T. Captação e aproveitamento da água das chuvas: o caminho para uma escola sustentável. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade* 2017; 6(1): 26-39.

UNESCO. Teaching and learning for a sustainable future. [Online]. 2002. [Acessado em 20 de abril de 2017]. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/tlsf/>.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural participativo: Guia Prático. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006, p. 25. http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1068/Guia%20Pr%C3%A1tico%20de%20%20DRP.pdf

WATSON, A. Sustainability Education in Primary and Secondary Schools: Great Needs and Possible Solutions. *University of Tennessee, Knoxville Trace: Tennessee Research and Creative Exchange*, 2017; 1-55.

ZANIN, N. Z; ILLANES C. R; SATTTLER, M. A.; ECKER, V; AZEVEDO, R. Projeto sustentável para a Escola Municipal de Ensino Fundamental Frei Pacífico. XII Encontro Nacional de Tecnologia no Ambiente Construído, ENTAC, 2006.

8. COMPROVANTE SUBMISSÃO DE ARTIGO

The screenshot shows the Outlook web interface. The top bar includes the Outlook logo and navigation icons. The left sidebar shows the 'Pastas' (Folders) section with 'Caixa de Entrada' (Inbox) containing 517 items, 'Lixo Eletrônico' (85), 'Rascunhos' (146), 'Itens Enviados', 'Itens Excluídos' (69), 'Arquivo Morto', and 'Histórico de Conversas'. The main area displays an email titled '[Educação] Agradecimento pela Submissão' from Clenio Perlin Berni <revistaeducacao@smail.ufsm.br> to Maraisa Oliveira Silva. The email body expresses gratitude for the submission of the manuscript 'A sustentabilidade e o Desenvolvimento do Programa Dinheiro Direto na Escola- Escolas Sustentáveis, em Aracaju, Sergipe' for the 'Educação' journal (UFSM). It mentions that the submission interface will track the document's progress and provides a URL to log in: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/author/submission/31188>. The email concludes with a cordial greeting from Clenio Perlin Berni, Editor of 'Revista Educação'.

Email do Outlook

Novo | Responder | Excluir | Arquivar | Lixo eletrônico | Limpar | Mover para | Categorias | ... | Desfazer

Pastas

- Caixa de Entrada 517
- Lixo Eletrônico 85
- Rascunhos 146
- Itens Enviados
- Itens Excluídos 69
- Arquivo Morto
- Histórico de Conversas

Atualizar para o Premium

[Educação] Agradecimento pela Submissão

Clenio Perlin Berni <revistaeducacao@smail.ufsm.br>
Hoje, 17:25
Você

Responder

Maraisa Oliveira Silva,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "A sustentabilidade e o Desenvolvimento do Programa Dinheiro Direto na Escola- Escolas Sustentáveis, em Aracaju, Sergipe" para Educação (UFSM). Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema localizado em:

URL do Manuscrito:
<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/author/submission/31188>
Login: m1oliveira

Em caso de dúvidas, envie suas questões para este email. Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

Cordialmente,
Clenio Perlin Berni
Educação (UFSM)
Revista Educação

ANEXOS

ANEXO I



UNIVERSIDADE TIRADENTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTE

Título da pesquisa: **A SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS DE ARACAJU, SERGIPE: PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**

QUESTIONÁRIO PARA GESTORES

A. ASPECTOS PESSOAIS

1. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
2. Idade:
3. Qual sua formação acadêmico-profissional?
4. Nível de Escolaridade:
☐ Superior ☐ Mestrado ☐ Doutorado
☐ Superior incompleto ☐ Mestrado (cursando) ☐ Doutorado(incompleto)
☐ Especialização
5. Tempo de Gestão:
6. Escola:

B. PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

7. Como você conheceu o Programa Dinheiro Direto na Escola Escolas Sustentáveis (PDDE - ES)?
8. Você conhece os objetivos do PDDE - ES? ☐ Sim ☐ Não
9. O Programa Dinheiro Direto na Escola Escolas Sustentáveis (PDDE - ES) foi inserido na sua escola com qual objetivo?
10. Na elaboração do plano de ação do PDDE-ES os professores participaram da construção?
☐ Sim ☐ Não
11. Quais foram os planos de ações inclusos na elaboração do PDDE - ES a serem realizados na escola?
12. A inscrição no Programa (PDDE - ES) ocorreu na sua gestão ou em ou em outra?
13. A escola já recebeu a verba do PDDE-ES? ☐ Sim ☐ Não
14. No caso de resposta SIM, responda:
 - 14.1 Quais atividades estão sendo desenvolvidas a partir do PDDE-ES?
 - 14.2 Você encontrou dificuldades ou problemas na execução de práticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade dentro do PDDE Escolas Sustentáveis? ☐ Sim ☐ Não
 - 14.3 Você considera que o PDDE Escolas Sustentáveis, desenvolvido na escola interfere na comunidade local? ☐ Sim ☐ Não Se sim, de que forma?
15. No caso de resposta NÃO, responda:
 - 15.1 Mesmo sem o recurso do PDDE, a escola desenvolve alguma atividade de Educação Ambiental?
☐ Sim ☐ Não Se sim, quais?
 - 15.2 Você encontrou dificuldades ou problemas na execução de práticas de Educação Ambiental na sua escola? ☐ Sim ☐ Não
 - 15.3 Você considera que as atividades desenvolvidas na escola interferem na comunidade local?
☐ Sim ☐ Não Se sim, de que forma?

C. ASPECTOS AMBIENTAIS

16. O que você entende por Educação Ambiental?
17. O que você acha que pode ser feito para amenizar os problemas ambientais?

18. Você como gestor já desenvolveu algum programa de Educação Ambiental na sua escola?

() Sim () Não

19. A sua escola tem alguma proposta de regimento (Política) ambiental? () Sim

() Não

Não

Se sua resposta foi sim, justifique:

20. Qual o maior problema ambiental no entorno de sua escola?

() Poluição dos Rios () Lixo a céu aberto () Poluição do Ar
() Desmatamento () Queimadas () Outros, Quais?

21. Como você acompanha as discussões sobre as questões ambientais do cotidiano?

(Marque 5 principais):

() Televisão () Revista () Rádio () Revista especializada
() Congressos () Jornais () Livros didáticos () Livros/revistas paradidáticos
() Simpósios () Palestras () Internet () Outros, Quais?
() nenhuma das alternativas

22. Existem atividades de Educação Ambiental (E.A) na sua escola? () Sim

() Não

Se sim, quais?

23. Quais temas de Educação Ambiental os professores tem trabalhado com os alunos?

24. Você encontra dificuldades para a realização de projetos de Educação Ambiental na escola?

() Sim () Não

Se sim, quais?

25. Que resultado você acredita alcançar ao tratar da EA na prática educacional da sua escola? (Marque a principal):

() Mudança de valores sociais () Conservação do Meio Ambiente
() Formação de conceitos () Responsabilidade com os problemas ambientais
() Outros, quais?

26. Você já fez curso de capacitação ou participou de eventos sobre Educação Ambiental?

() Sim () Não

D. SUSTENTABILIDADE

27. O que a palavra sustentabilidade representa para você?

() Poluição () Degradação () Equilíbrio dos ecossistemas
() Conservação () Preservação () Uso racional dos recursos naturais

28. Na sua opinião o tema sustentabilidade tem sido trabalhado em quantas disciplinas?

() Nenhuma () Uma () Duas
() Três () Quatro () Todas

Quais?

29. A escola realiza alguma prática sustentável? () Sim () Não () Não sei

Se sim, qual?

30. A escola evita o consumo sem necessidade, dos materiais utilizados?

() Sim () Não () Não sei

31. Você observa ou já observou o desperdício de material ou alimento na sua escola?

() Sim () Não () Não sei

Se sim, qual? Quem geralmente realiza essa ação

32. A escola cuida das suas áreas verdes e daquelas que ficam próximas à ela? () Sim

() Não

33. A escola se preocupa com o consumo de energia e busca economizar? () Sim

() Não

34. Você considera sua escola uma escola sustentável? () Sim

() Não

() Não sei

ANEXO II



UNIVERSIDADE TIRADENTES PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE E AMBIENTE

Título da pesquisa: **A SUSTENTABILIDADE NAS ESCOLAS DE ARACAJU, SERGIPE: PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA**

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

A. ASPECTOS PESSOAIS

1. Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
2. Idade:
3. Qual sua formação acadêmico-profissional?
4. Nível de Escolaridade:
☐ Superior ☐ Mestrado ☐ Doutorado
☐ Superior incompleto ☐ Mestrado (cursando) ☐ Doutorado(incompleto)
☐ Especialização
5. Tempo de Magistério:
6. Escola:
7. Disciplina(s) que leciona:
8. Séries que leciona:

B. PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE) ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

9. Como você conheceu o Programa Dinheiro Direto na Escola Escolas Sustentáveis (PDDE - ES)?
10. Você conhece os objetivos do PDDE - ES? ☐ Sim ☐ Não
11. O Programa Dinheiro Direto na Escola Escolas Sustentáveis (PDDE - ES) foi inserido na sua escola com qual objetivo?
12. Na elaboração do plano de ação do PDDE-ES os professores participaram da construção?
13. Quais foram os planos de ações inclusos na elaboração do PDDE - ES a serem realizados na escola?
14. A escola já recebeu a verba do PDDE-ES? ☐ Sim ☐ Não
15. No caso de resposta SIM, responda:
 - 15.1 Quais atividades estão sendo desenvolvidas a partir do PDDE-ES?
 - 15.2 A escola encontrou dificuldades ou problemas na execução de práticas de Educação Ambiental e Sustentabilidade dentro do PDDE Escolas Sustentáveis? ☐ Sim ☐ Não
 - 15.3 Você considera que o PDDE Escolas Sustentáveis, desenvolvido na escola interfere na comunidade local? ☐ Sim ☐ Não Se sim, de que forma?
16. No caso de resposta NÃO, responda:
 - 16.1 Mesmo sem o recurso do PDDE, a escola desenvolve alguma atividade de Educação Ambiental? ☐ Sim ☐ Não Se sim, quais?
 - 16.2 Você encontrou dificuldades ou problemas na execução de práticas de Educação Ambiental na sua escola? ☐ Sim ☐ Não
 - 16.3 Você considera que as atividades desenvolvidas na escola interferem na comunidade local? ☐ Sim ☐ Não Se sim, de que forma?

C. ASPECTOS AMBIENTAIS

17. O que você entende por Educação Ambiental?

18. Como você acompanha as discussões sobre as questões ambientais do cotidiano?

(Marque 5 principais):

- | | | | |
|---|------------------------------------|---|--|
| ☐ Televisão | ☐ Revista | ☐ Rádio | ☐ Revista especializada |
| ☐ Congressos | ☐ Jornais | ☐ Livros didáticos | ☐ Livros/revistas paradidáticos |
| ☐ Simpósios | ☐ Palestras | ☐ Internet | ☐ Outros, Quais? |
| ☐ nenhuma das alternativas | | | |

19. Você promove atividades de Educação Ambiental (E.A) na sua escola? ☐ Sim

()

Não

Se sim, quais?

20. Quais temas de Educação Ambiental você tem trabalhado com seus alunos?

21. Você encontra dificuldades para a realização de projetos de Educação Ambiental na sua escola?

☐ Sim ☐ Não Se sim, quais?

22. Que práticas de Educação Ambiental você poderia sugerir para serem realizadas em sua Escola?

23. Que resultado você acredita alcançar ao tratar da EA na sua prática educacional?

(Marque a principal):

- | | |
|---|---|
| ☐ Mudança de valores sociais | ☐ Conservação do Meio Ambiente |
| ☐ Formação de conceitos | ☐ Responsabilidade com os problemas ambientais |
| ☐ Outros, quais? | |

24. Você já fez curso de capacitação ou participou de eventos sobre Educação Ambiental?

☐ Sim ☐ Não

25. Qual o maior problema ambiental no entorno de sua escola?

- | | | |
|--|--|---|
| ☐ Poluição dos Rios | ☐ Lixo a céu aberto | ☐ Poluição do Ar |
| ☐ Desmatamento | ☐ Queimadas | ☐ Outros, Quais? |

D. SUSTENTABILIDADE

26. O que a palavra sustentabilidade representa para você?

- | | | |
|--------------------------------------|--------------------------------------|---|
| ☐ Poluição | ☐ Degradação | ☐ Equilíbrio dos ecossistemas |
| ☐ Conservação | ☐ Preservação | ☐ Uso racional dos recursos naturais |

27. Na sua opinião o tema sustentabilidade tem sido trabalhado em quantas disciplinas?

- | | | |
|----------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| ☐ Nenhuma | ☐ Uma | ☐ Duas |
| ☐ Três | ☐ Quatro | ☐ Todas |

Quais?

28. Você realiza alguma prática sustentável em sua escola? ☐ Sim

☐ Não

☐ Não sei

Se sim, qual?

30. Você evita o consumo sem necessidade, dos materiais utilizados na escola?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

29. Você observa ou já observou o desperdício de material ou alimento na sua escola?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

Se sim, qual? Quem geralmente realiza essa ação

30. Você cuida das áreas verdes da escola e daquelas que ficam próximas à ela? ☐ Sim

☐ Não

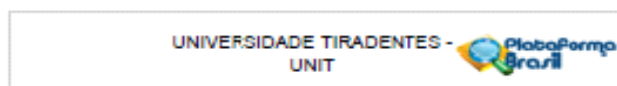
31. Você se preocupa com o consumo de energia na escola ou na sua casa e busca economizar?

☐ Sim ☐ Não

32. Você considera sua escola uma escola sustentável?

☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei

ANEXO III



Continuação/Processo: 1.873.752

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa com grande relevância científica para a área de ecologia.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As documentações foram inseridas corretamente e encontram-se debidas e assinadas conforme as normas descritas na Resolução CNS nº 466/12.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações para este projeto de pesquisa.

As documentações foram inseridas corretamente e encontram-se debidas e assinadas conforme as normas descritas na Resolução CNS nº 466/12.

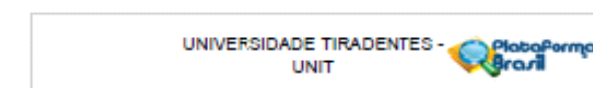
Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP informa que de acordo com a Resolução CNS nº 466/12, Diretrizes e normas XI. 1 - A responsabilidade do pesquisador é Indivisível e Indelivável e compreende os aspectos éticos e legais e XI. 2 - XI.2 - Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, quando necessário; c) desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e finais; e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PR_INFORMACOES_BASICAS_UC_P/BU/UNIT_304668.pdf	06/12/2016 0958:58		Aceito
Outros	ProjetoFormularioCEP.doc	06/12/2016 0958:05	Andreass Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Instituicao_EMET/General/Instituicao.doc	06/12/2016 0958:20	Andreass Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição	Instituicao_UNIT1.pdf	06/12/2016 0952:10	Andreass Sales Coelho	Aceito

Budapest - Campus Fátima - Av. Multo Dantas, 308 - DPE - Bloco F - Térreo



Continuação/Processo: 1.873.752

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa com grande relevância científica para a área de ecologia.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As documentações foram inseridas corretamente e encontram-se debidas e assinadas conforme as normas descritas na Resolução CNS nº 466/12.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações para este projeto de pesquisa.

As documentações foram inseridas corretamente e encontram-se debidas e assinadas conforme as normas descritas na Resolução CNS nº 466/12.

Considerações Finais a critério do CEP:

O CEP informa que de acordo com a Resolução CNS nº 466/12, Diretrizes e normas XI. 1 - A responsabilidade do pesquisador é Indivisível e Indelivável e compreende os aspectos éticos e legais e XI. 2 - XI.2 - Cabe ao pesquisador: a) apresentar o protocolo devidamente instruído ao CEP ou à CONEP, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa; b) elaborar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e/ou Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, quando necessário; c) desenvolver o projeto conforme delineado; d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e finais; e) apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela CONEP a qualquer momento; f) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período de 5 anos após o término da pesquisa; g) encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto; e h) justificar fundamentadamente, perante o CEP ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PR_INFORMACOES_BASICAS_UC_P/BU/UNIT_304668.pdf	06/12/2016 0958:58		Aceito
Outros	ProjetoFormularioCEP.doc	06/12/2016 0958:05	Andreass Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Instituicao_EMET/General/Instituicao.doc	06/12/2016 0958:20	Andreass Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição	Instituicao_UNIT1.pdf	06/12/2016 0952:10	Andreass Sales Coelho	Aceito

Budapest - Campus Fátima - Av. Multo Dantas, 308 - DPE - Bloco F - Térreo

Continuação Anexo 1.073.702

Infraestrutura	Infraestrutura_UNIT.pdf	06/12/2016 09:52:10	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_ITP.pdf	06/12/2016 09:52:00	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Santa Rita Canaia.pdf	06/12/2016 09:51:45	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Presidente Tancredo Neves.pdf	06/12/2016 09:51:31	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Olga Benário.pdf	06/12/2016 09:51:19	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Maria Tereza Nunes.pdf	06/12/2016 09:50:49	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Manoel Bonfim.pdf	06/12/2016 09:50:35	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Jose Conrado Araújo.pdf	06/12/2016 09:50:20	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Deputado Jaime Araújo.pdf	06/12/2016 09:49:52	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EEMinistro Generaldo Barreto Sobral.pdf	06/12/2016 09:49:37	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EEGeneraldo Vilela.pdf	06/12/2016 09:49:15	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_CEVitoria Santa Maria.pdf	06/12/2016 09:48:49	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_CEBenito Moura.pdf	06/12/2016 09:48:27	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_UNIT.pdf	06/12/2016 09:48:03	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_ITP.pdf	06/12/2016 09:47:51	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Santa Rita Canaia.pdf	06/12/2016 09:47:43	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Presidente Tancredo	06/12/2016	Andressa Sales	Aceito

Endereço: Campus Paracatu - Av. Marília Gomes, 300 - DPE - Bloco F - Tietê
Bairro: Santa Fátima CEP: 35.032-000
UF: MG Município: PARACATU

Continuação Anexo 1.073.702

Instituição e Infraestrutura	deNovas.pdf	09:47:33	Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Olga Benário.pdf	06/12/2016 09:47:24	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Maria Tereza Nunes.pdf	06/12/2016 09:47:15	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Manoel Bonfim.pdf	06/12/2016 09:47:02	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Jose Conrado Araújo.pdf	06/12/2016 09:46:51	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Generaldo Barreto Sobral.pdf	06/12/2016 09:46:41	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EMEF Deputado Jaime Araújo.pdf	06/12/2016 09:46:35	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EEMinistro Generaldo Barreto Sobral.pdf	06/12/2016 09:46:03	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_EEGeneraldo Vilela.pdf	06/12/2016 09:45:53	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_CEVitoria Santa Maria.pdf	06/12/2016 09:45:35	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestrutura_CEBenito Moura.pdf	06/12/2016 09:45:14	Andressa Sales Coelho	Aceito
Outros	Questionários_Assessoria AB.docx	06/12/2016 09:44:34	Andressa Sales Coelho	Aceito
TCLE / Termo de Assentamento / Avaliação de Avaliação	TCLE.docx	06/12/2016 09:44:02	Andressa Sales Coelho	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoM_01122016.docx	06/12/2016 09:43:50	Andressa Sales Coelho	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaração de Pesquisadores.pdf	06/12/2016 09:43:04	Andressa Sales Coelho	Aceito
Folha de Rosto	Folha de Rosto.pdf	06/12/2016 09:42:22	Andressa Sales Coelho	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: Campus Paracatu - Av. Marília Gomes, 300 - DPE - Bloco F - Tietê
Bairro: Santa Fátima CEP: 35.032-000
UF: MG Município: PARACATU
Telefone: (35) 3219-2200 Fax: (35) 3219-2100 E-mail: ues@unit.br

APENDICE A – Atividades realizadas nas escolas inscritas no Programa Dinheiro Direto na Escola -Escolas Sustentáveis, em Aracaju.



A



B



C



D



E



F



G



H

Devolutivas para alunos e professores (A e B); Projeto Mostra Sustentável: Cultivando os saberes da sustentabilidade realizado nas escolas participantes (C, D, E, F, G e H).

APENDICE B – Diagnóstico Participativo realizado com professores das escolas Municipais e Estaduais inscritas no PDDE-ES e participantes da pesquisa.

